

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A GLOBALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO**  
**BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

**Por:** Emília Regina Cabral Raimundo

**Orientador:** Prof. Helton Ricardo Ouriques

**Área de pesquisa:** Economia do Trabalho

Palavras – Chaves: 1. Globalização  
2. Reestruturação produtiva  
3. Mercado de trabalho  
4. Brasil

Florianópolis, Julho de 2007.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota ..... a aluna  
.....na  
Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_  
Prof.

Presidente

\_\_\_\_\_  
Prof.

Membro

\_\_\_\_\_  
Prof.

Membro

## SUMÁRIO

	<b>Página</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	vii
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	viii
<b>RESUMO</b> .....	ix
<b>CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO</b>	
1.1. Problemática.....	10
1.2. Objetivos.....	11
1.2.1. Objetivo geral.....	11
1.2.2. Objetivos específicos.....	11
1.3. Metodologia.....	12
1.4. Estrutura da Monografia.....	12
<b>CAPÍTULO II – AS TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS NO FINAL DO SÉCULO XX</b>	
2.1. Introdução.....	13
2.2. A globalização contemporânea.....	13
2.3. Da produção em massa para a produção flexível.....	19
2.4. Impactos sobre os sindicatos.....	22
<b>CAPÍTULO III – AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NO FINAL DO SÉCULO XX</b>	
3.1. Introdução.....	25
3.2. Aspectos gerais do mercado de trabalho no final do século XX.....	25
3.3. A evolução do desemprego mundial.....	29
3.4. A precarização da situação dos trabalhadores.....	31
3.5. A expansão do setor de serviços.....	32

## **CAPÍTULO IV – A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS 90**

<b>4.1. Introdução.....</b>	<b>36</b>
<b>4.2. O cenário político e econômico brasileiro na década de 1990.....</b>	<b>36</b>
<b>4.3. O mercado de trabalho brasileiro na década de 1990.....</b>	<b>41</b>
<b>4.4. A informalidade no mercado de trabalho brasileiro.....</b>	<b>46</b>
<b>4.5. Impactos sobre o sindicalismo no Brasil.....</b>	<b>49</b>
<b>4.6. A feminização do mercado de trabalho.....</b>	<b>51</b>

<b>CAPÍTULO V – CONCLUSÃO.....</b>	<b>53</b>
------------------------------------	-----------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>55</b>
--	-----------

*Para a minha mãe, com todo o meu amor e admiração.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe, Noémia, e a minha irmã e amiga, Michela, por estarem sempre presentes na minha vida, dando apoio nesta minha jornada longe de casa. Agradeço a minha querida tia Nené, por estar sempre ao meu lado. Agradeço as minhas amigas Tatiana Ferrão, Samantha, Ana Andréia e Tatiana Ferrari por estarem presentes nos bons e maus momentos. Ao meu orientador, professor Helton, por me ajudar e incentivar na conclusão deste trabalho.

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Mundo: evolução da quantidade de desempregados, 1975-1999.....29
- Gráfico 2** – Mundo: evolução da taxa de desemprego da força de trabalho (%), 1975-1999.....30
- Gráfico 3** – Brasil: evolução dos índices do Produto Interno Bruto (PIB), dos Investimentos (FBCF) e do Emprego Formal (1980=100,0).....40
- Gráfico 4** – Brasil: evolução do índice de desemprego, 1980-1999 (1980=100,0).....42
- Gráfico 5** – Brasil, população desempregada nas Regiões Metropolitanas (RMs), 1991-2005.....42
- Gráfico 6** – Brasil, evolução da taxa de precarização da força de trabalho (%), 1940-1998.....44
- Gráfico 7** – Brasil: evolução do grau de informalização do pessoal ocupado nas áreas metropolitanas (RE, AS, BH, RJ, SP, POA).....46
- Gráfico 8** – Brasil: evolução do emprego com carteira assinada nas RMs.....47
- Gráfico 9** – Brasil: proporção de ocupados com carteira assinada no total da população ocupada (RMs).....47

**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> – Distribuição da força de trabalho mundial por setor de atividade segundo nível de renda dos países, 1990-2001 .....	33
<b>Tabela 2</b> – Distribuição da população ocupada, segundo setores de atividade no Brasil, 1990-2005 .....	34
<b>Tabela 3</b> – Brasil: sindicatos segundo o tipo de sindicato, grandes regiões e abrangência de base territorial, 1988-2001.....	50
<b>Tabela 4</b> - Estrutura da população economicamente ativa (PEA) por sexo, no Brasil, no período 1970-2002 .....	53



## RESUMO

Raimundo, Emília R. C. **A globalização e seus impactos sobre o mercado de trabalho brasileiro na década de 1990**. 2007, 60 páginas. Ciências econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

O processo de globalização vem se desenvolvendo desde 1492 em todo o mundo, intensificando-se com a ascensão do neoliberalismo nos anos 80. Neste processo, o papel do Estado muda e ascende o poder do capital, passando o capitalismo por uma reorganização a nível mundial, com o aumento da polarização entre as economias. Com o aumento da concorrência capitalista, ocorre o processo de reestruturação produtiva apoiado pela Terceira Revolução Industrial, repercutindo diretamente sobre o mundo do trabalho. Os sindicatos entram em crise, aumenta o desemprego mundial, ocorre a feminização do trabalho, amplia-se a importância do setor de serviços, a informalidade e as relações de trabalho tornam-se precárias. O Brasil também foi afetado pelas tendências mundiais, diferindo somente nas causas e intensidade dos resultados. A partir dos anos 90, com os governos Collor e Cardoso este país passou a sentir mais intensamente os efeitos da globalização e, conseqüentemente, os trabalhadores também. Este trabalho mostra as principais mudanças ocorridas no mundo do trabalho brasileiro na década de 90, através de uma revisão teórica e a análise de alguns dados estatísticos.

**Palavras-chave:** Globalização. Reestruturação Produtiva. Mercado de trabalho. Brasil.

## **CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO**

### **1.1. Problemática**

As últimas décadas do século XX foram marcadas por importantes mudanças causadas pela globalização, a ascensão do neoliberalismo e pela Terceira Revolução Industrial. Estas mudanças provocaram sérias repercussões sobre o mercado de trabalho mundial, principalmente nas economias periféricas, como é o caso do Brasil.

O processo de globalização ganhou maior repercussão a partir do final da década de 80, reforçado pela expansão do neoliberalismo no mundo inteiro. Este processo não é uniforme e vem se desenvolvendo até os dias de hoje, com diferentes impactos entre os países.

O neoliberalismo foi um dos pilares fundamentais para que a economia mundial se tornasse global e interdependente. Isto porque, com a ascensão desta corrente, os países abriram suas economias, desregulamentaram seus mercados e, conseqüentemente, mudaram o papel do Estado-nação. Assim sendo, grande parte destes países passou por mudanças estruturais que impactaram diretamente sobre o mercado de trabalho.

Com a intensificação da globalização em finais do século XX, deu-se início também a uma nova fase do processo produtivo com a Reestruturação Produtiva, tendo como base principal a Revolução Tecnológica. Não só os métodos, técnicas e tecnologias foram modificados, mas fundamentalmente o trabalhador, seu perfil e seu próprio pensamento.

Presenciou-se uma rápida reorganização do capitalismo mundial, com o aumento do poder das multinacionais e o enfraquecimento do poder estatal. As multinacionais adquiriram uma mobilidade a nível global, causando a polarização entre os países e a reorganização da força de trabalho, e o Estado muda o seu papel, reforçando a sua atuação na defesa dos interesses do capital. Assim, as empresas multinacionais passaram a exercer um papel fundamental na reorganização da economia mundial.

Na década de 1990, com a reorganização da força de trabalho e o aumento do desemprego refletindo a intensificação da concorrência mundial, houve uma intensificação do trabalho, principalmente nas economias periféricas. Esta intensificação significa, entre outros aspectos, a redução dos benefícios dos trabalhadores, o aumento da jornada de trabalho, a flexibilização dos contratos de trabalho, a mudança no perfil dos trabalhadores, aumento da insegurança, subcontratação e aumento da terceirização.

No Brasil, desde finais da década de 80, a classe trabalhadora tem sentido os efeitos da globalização, notando-se maior intensificação a partir dos anos 90 aquando da adesão às políticas neoliberais adotadas pelos governos Collor e Cardoso.

O cenário político e econômico encontrava-se numa fase turbulenta, fase de importantes ajustes econômicos e reestruturação produtiva. A economia abriu-se com a liberalização e desregulamentação do mercado, o PIB cresceu (crescimento não sustentável) e, com o Plano Real, a inflação foi finalmente contida.

Perante todas as mudanças políticas e econômicas ocorridas neste período, a classe trabalhadora foi a que mais sentiu os efeitos da inserção econômica do Brasil no mundo globalizado.

Neste contexto, o presente trabalho propõe-se a identificar e analisar alguns dos principais impactos do processo de globalização e Reestruturação Produtiva sobre o mercado de trabalho brasileiro na década de 1990.

## **1.2. Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

- Identificar e analisar os impactos da Globalização e do processo de Reestruturação Produtiva sobre o mercado de trabalho brasileiro na década de 1990.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- Identificar as principais transformações nas economias capitalistas mundiais, diante do processo de globalização e da reestruturação produtiva.
- Analisar as principais mudanças no mundo do trabalho desde o final do século XX.
- Analisar as principais transformações no mercado de trabalho brasileiro na década de 1990.

### **1.3. Metodologia**

O desenvolvimento da presente monografia se baseia na consulta e interpretação de obras literárias e artigos diversos relativos ao tema proposto, visando sua análise mais profunda. Para além da revisão teórica apresentada, este estudo foi auxiliado por um levantamento e interpretação de dados estatísticos para melhor ilustrar os fatos ocorridos no mercado de trabalho no período em questão.

### **1.4. Estrutura da monografia**

A presente monografia está organizada em cinco capítulos. Neste primeiro capítulo foi feita uma introdução ao que será abordado ao longo do trabalho. No segundo capítulo é feita uma revisão teórica sobre as principais transformações capitalistas ocorridas no mundo no final do século XX, frente à intensificação do processo de globalização. O terceiro capítulo apresenta os aspectos gerais das transformações ocorridas no mundo do trabalho na mesma época. O capítulo quatro procura mostrar a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro na última década, frente às mudanças políticas e econômicas decorrentes da inserção do país neste “novo” mundo globalizado.

Realizada esta revisão literária sobre os principais fatos ocorridos, segue uma discussão sobre os mesmos e uma análise dos dados empíricos coletados, objetivando tirar a melhor conclusão possível sobre as transformações do mercado de trabalho brasileiro neste período.

## CAPÍTULO II – AS TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS NO FINAL DO SÉCULO XX

### 2.1. Introdução

Desde a década de 1970 o sistema capitalista mundial é marcado por importantes mudanças causadas principalmente pela crescente globalização das economias. Este capítulo visa expor as principais transformações ocorridas no mundo para melhor entender o que pode ter influenciado a dinâmica econômica do Brasil. Para tal foi feita uma revisão teórica sobre *a globalização contemporânea*; em seguida sobre a passagem *da produção em massa para a produção fordista*, que está diretamente relacionada com o processo de globalização; e, por último, foi realizado um estudo sobre *a crise dos sindicatos* e suas principais mudanças na última década.

### 2.2. A globalização contemporânea

O processo de globalização não é recente e vem se desenvolvendo desde 1492, abarcando um número cada vez maior de países, com os seus ciclos de expansão e retração (SINGER, 1998; IANNI, 2002). Este processo intensificou-se com a crise do Bloco soviético, as transformações revolucionárias do Leste europeu e a queda do Muro de Berlim, provando a força do capitalismo, força tamanha que a maioria dos reformadores que implantaram a globalização provinha da esquerda, derrotando política e ideologicamente o socialismo em quase todo o mundo (IANNI, 2002; CASTELLS, 1999).

A globalização designa o fim das economias nacionais, fazendo com que as realidades e problemas nacionais se mesquem com as realidades e problemas mundiais (SANDRONI, 2002; IANNI, 2002). Nesse contexto, tudo o que se passa no mundo é vivido e presenciado por todos os lugares, formando uma sociedade verdadeiramente global.

Todos os níveis da vida social passam a ser alcançados por este processo e observa-se que as coisas, gentes e idéias ficam desenraizadas. Assim, a globalização abarca todas as esferas da vida social, coletiva e individual dos indivíduos em todo o mundo, articulando as sociedades contemporâneas numa única sociedade global, levando consigo implicações

sociais, políticas e culturais (IANNI, 2002). Mas, apesar desta crescente ligação entre as sociedades e economias mundiais, as disparidades em termos de desenvolvimento e condições sócio-econômicas não deixaram de existir, muito pelo contrário.

De acordo com Castells (1999), a nova economia é informacional porque a produtividade e competitividade dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos; é global porque as principais atividades produtivas, o consumo e circulação, assim como seus componentes estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos; e é rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais (CASTELLS, 1999).

A globalização das economias só foi possível graças à Revolução da Tecnologia da Informação<sup>1</sup>, surgida no último quartel do século XX. Estas novas tecnologias passaram a agir sobre todos os domínios da atividade humana, possibilitando o estabelecimento de infinitas conexões entre diferentes domínios, assim como entre os elementos e agentes de tais atividades (CASTELLS, 1999).

Ianni caracteriza este processo da seguinte maneira:

- O inglês passa a ser a língua universal;
- A energia nuclear se transformou na mais poderosa técnica de guerra;
- O neoliberalismo adquire predomínio mundial;
- As relações econômicas mundiais são amplamente influenciadas pelas exigências das empresas, corporações ou conglomerados, multinacionais, transnacionais, mundiais, globais, planetários;
- Organiza-se um sistema financeiro internacional;
- Revolução informática;
- A reprodução ampliada do capital universaliza-se na realidade em uma nova escala, com novo ímpeto, recriando relações nos quatro cantos do mundo (IANNI, 2002).

O capitalismo atinge agora uma escala global, com as empresas e conglomerados se movendo globalmente, invadindo todas as esferas da vida das pessoas. Este fato está diretamente relacionado com a expansão do ideário neoliberal a nível de todo o mundo e a conseqüente mudança do papel do Estado.

---

<sup>1</sup> Para Castells (1999), as tecnologias da informação são o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação, telecomunicações/radiofusão, optoeletrônica e a engenharia genética.

O papel do Estado está mudando, reduzindo-se ao papel de descobrir maneiras de criar um clima favorável aos negócios, fazendo emergir a sociedade economicamente global (HARVEY, 2004; IANNI, 2002). É notável que os Estados, principalmente dos países subdesenvolvidos, passaram a viver sob a tutela das empresas e organismos internacionais que, na verdade, zelam pelos interesses dos países desenvolvidos.

De acordo com Castells (1999), os agentes decisivos na geração desta nova economia global foram os governos (principalmente do G-7) e suas instituições internacionais auxiliares, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), com as políticas de desregulamentação das atividades econômicas domésticas, liberalização do comércio e dos investimentos internacionais e a privatização das empresas públicas, conseqüentemente a globalização foi imposta na maioria dos países através da pressão política por intermédio de atos diretos do governo ou de imposição por estas instituições. Para este autor, as instituições políticas (inclusive o Estados) têm interesse em promover a competitividade de suas economias, pois é a concorrência nos mercados globais que determina a percentagem de riqueza apropriada pelas empresas e pelo povo de cada país (CASTELLS, 1999). Estas instituições internacionais passaram a ter maior poder político e financeiro que os próprios Estados, dominando-os de forma praticamente absoluta com o objetivo de mantê-los debilitados para que possam ajudar na sua acumulação capitalista.

Segundo Ianni (2000), o Estado debilita-se porque ele mesmo não conseguiria gerir os próprios assuntos nacionais, assuntos estes que estão se tornando cada vez mais internacionais. Assim, as organizações multinacionais como a ONU e o BIRD, dominadas pelas economias capitalistas mais ricas e poderosas, traçam, sugerem e impõem seus próprios desenhos do que podem ou devem ser as nações e os continentes aos governos que necessitam de sua ajuda (IANNI, 2002). Observa-se que as sociedades, assim como as economias de todo o mundo, estão se tornando cada vez mais interligadas e padronizadas, ao mesmo tempo os seus destinos são cada vez mais ditados pelos grupos capitalistas mais poderosos.

O Estado está numa posição problemática, pois deve zelar pelos interesses da nação e seus cidadãos, ao mesmo tempo em que deve também se preocupar em atrair o capital financeiro transnacional e global (HARVEY, 1993). Esta situação é complicada pela dificuldade em conciliar estes dois objetivos, porque os interesses do capital nem sempre coincidem com os interesses das nações – enquanto as corporações buscam o aumento da lucratividade com a redução dos custos de produção (principalmente da mão-de-obra) e

condições de exploração mais favoráveis, os trabalhadores dessas nações buscam mais emprego, melhores condições de trabalho e de vida, melhoria dos seus direitos e o seu bem-estar geral.

O neoliberalismo<sup>2</sup> está na base das atividades do FMI, BIRD, das empresas, conglomerados e corporações que se espalham cada vez mais pelo mundo (IANNI, 2002). Este neoliberalismo, que tem sido imposto em muitos países, nada mais é do que uma forma de fazer com que os países sirvam às novas necessidades do capitalismo através da mudança do papel do Estado. Assim, o que acontece nas últimas décadas é reflexo da expansão deste ideário, mais favorável ao capital.

A produtividade e lucratividade das empresas aumentaram, mas os trabalhadores perderam a sua proteção institucional e ficaram cada vez mais dependentes das condições individuais de negociação e de um mercado em constante mudança (CASTELLS, 1999). Isto mostra o descaso do capital e dos Estados em relação à situação cada vez mais degradante em que a maioria dos trabalhadores em todo o mundo se encontra.

Os mercados financeiros também ganharam uma interdependência global, resultante da desregulamentação dos mercados financeiros na maioria dos países e a liberalização das transações internacionais; criação de uma nova infra-estrutura tecnológica; da natureza dos novos produtos financeiros, tais como derivativos<sup>3</sup>; movimentos especulativos de fluxos financeiros; e das firmas de avaliação do mercado, fazendo com que as moedas, as políticas monetárias, as taxas de juros e as economias de todo o mundo também se tornassem interdependentes (CASTELLS, 1999). Para que isto se tornasse possível, a liberalização e desregulamentação foram pressupostos fundamentais para que as empresas tivessem absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social fossem submetidos à valorização do capital privado (CHESNAIS, 1996). Mas, para conquistar os novos mercados através dessa mobilidade, conectando valiosos segmentos de mercado de cada país a uma rede global, as empresas precisaram de uma capacidade de informação cada vez maior, possibilitada pelas novas tecnologias de informação (CASTELLS, 1999). Pode-se assim verificar que a Revolução tecnológica está na base de todos os processos ligados à globalização, sendo a condição permissiva para que os agentes econômicos estabeleçam suas relações internacionais.

---

<sup>2</sup> Segundo Ianni (2002), o neoliberalismo baseia-se nos princípios do mercado, livre jogo das forças no mercado, livre empresa, livre iniciativa, competitividade, lucratividade, produtividade, economias de escala, vantagens comparativas, divisão internacional do trabalho, mão-invisível (p. 141).

<sup>3</sup> Castells (1999) exemplifica: os futuros, opções, *swaps* e outros produtos complexos.



Como conseqüências da globalização têm-se: a desregulamentação financeira; ondas de profundas mudanças tecnológicas e de inovação e melhoria de produtos; mudanças na organização do consumo e da produção, bem como na definição de desejos e necessidades integralmente novos; liberalização de todo o gênero de restrições espaciais precedentes, permitindo rápidos ajustes na localização da produção, do consumo, da população e assim por diante (HARVEY, 2004). Isto reflete o surgimento de um novo panorama mundial, em que não somente as economias e tecnologias se transformam, mas fundamentalmente as sociedades como um todo, tornando-se mais interligadas.

De acordo com Harvey, a globalização pode ser entendida como um processo de profunda reorganização geográfica do capitalismo, apropriada à sua própria dinâmica de acumulação (HARVEY, 2004). Esta reorganização geográfica tende a provocar a marginalização dos países em desenvolvimento através do recuo dos IED's (Investimentos Estrangeiros Diretos), da restrição da transferência de tecnologias e da exclusão do sistema de intercâmbio de muitos produtores de produtos básicos, aprofundando ainda mais a polarização entre os países periféricos e os situados no âmago do oligopólio mundial (CHESNAIS, 1996). Este fato pode explicar, em parte, uma outra tendência que se verificou nas décadas de 1980 e 1990, que foi a criação de blocos comerciais em todo o mundo, como é o caso da NAFTA e do MERCOSUL, com o objetivo dos governos protegerem suas economias da exclusão no comércio internacional.

A intensificação da concorrência capitalista fez surgir a necessidade das corporações buscarem a redução dos custos de produção como a mão-de-obra e recursos naturais mais baratos. Conseqüentemente os países subdesenvolvidos (principalmente) tornaram-se alvo dessa busca incessante, com todos os efeitos negativos sobre eles. Apesar da crescente ligação entre as sociedades e economias globais, as disparidades em termos de desenvolvimento e condições sócio-econômicas não deixaram de existir, pelo contrário.

Um dos efeitos nefastos dessa busca pela redução dos custos de mão-de-obra é a concentração dos melhores postos de trabalho nos países ricos e o aumento das dificuldades de defesa da produção e empregos nos países pobres, além da maior concentração da pobreza, desemprego e de postos de trabalho mais simples e mal remunerados (POCHMANN, 2001). Isto mostra que, apesar do aumento da precarização do trabalho se fazer sentir em todo o mundo, os países subdesenvolvidos sofrem mais com este problema, pela debilidade de seus governos, a inexistência e enfraquecimento de alguns direitos trabalhistas, a falta de infra-estrutura, altas taxas de natalidade, falta de qualificação e a já existente alta taxa de desemprego.

A alteração das formas de produção e de organização, com a dispersão e fragmentação geográfica dos sistemas de produção, das divisões do trabalho e das especializações das tarefas, deu às corporações um maior poder de controle do espaço (HARVEY, 2004). Isto foi possível graças à proliferação das políticas neoliberais em todo o mundo, com a liberalização e desregulamentação das economias, fazendo com que estas corporações passassem a ter maior domínio não só sobre os espaços, mas sobre as pessoas.

Atrelado ao aumento da força de trabalho assalariada global, houve também uma radical feminização da força de trabalho global (HARVEY, 2004). Esta força de trabalho, que ainda hoje luta pelos seus direitos, enfrenta condições de trabalho e remuneração bastante discriminatórias. O aumento de sua participação pode estar ligado à simplificação de tarefas pelo crescente uso de tecnologias, ao fato de esta parcela da população ser geralmente menos qualificada e ao fato de esta mão-de-obra ser geralmente menos remunerada que a masculina.

A globalização também traz consigo outras conseqüências não menos importantes como o aumento do fluxo migratório, a hiperurbanização acelerada, a interpenetração cultural, o aumento populacional, da poluição, degradação ambiental e o aumento das dificuldades do exercício de um poder disciplinador de uma potência central sobre as outras, assim como aumentaram as facilidades para que as potências periféricas se insiram na concorrência capitalista (HARVEY, 2004). Esta última conseqüência pode ser reflexo da interdependência dos mercados globais e da reestruturação produtiva que trouxe consigo as novas formas de produção, mais rentáveis, para as multinacionais. Assim, já não se verifica o aumento do poder de uma Nação ou Estado e sim das empresas multinacionais, que não têm Estado, e se situam em todo o universo.

A intensificação da concorrência capitalista, promovida pela globalização, fez com que as empresas alterassem os seus modos de produção na busca por uma maior rentabilidade, ou seja, fez com que elas passassem pelo processo de reestruturação produtiva, com as conseqüentes alterações no mundo do trabalhador.

### **2.3. Da produção em massa para a produção flexível**

A forma de produção fordista iniciou-se na indústria automobilística Ford, nos Estados Unidos, e teve como ponto de partida as inovações trazidas pelo taylorismo, sendo a principal delas a separação entre “pensar” e “fazer”, a visão individualista e competitiva do trabalhador (FRAGA, s.d.; GUERRA, 2000).

Este método de racionalização da produção, que prevaleceu até meados dos anos 70, era caracterizado pela produção em massa, a verticalização da produção, trabalho altamente especializado, controle do tempo, adaptação ao ritmo da máquina, homogeneidade dos produtos, alta remuneração dos trabalhadores, jornadas de trabalho não muito longas e produção dotada de tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade de cada trabalhador (FRAGA, s.d.; SANDRONI, 2002). Outra importante característica desta forma produtiva é o papel do Estado, que tinha um caráter intervencionista com o objetivo de regular o mercado e compensar as suas falhas e o papel dos sindicatos, que tinham mais poder sobre a classe trabalhadora e um maior poder de negociação (GUERRA, 2002).

A crise capitalista dos anos 70 intensificou a concorrência inter-capitalista em todo o mundo, fazendo com que as corporações entrassem num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (ANTUNES, 2003; HARVEY, 1993). A real causa desta crise foi a inabilidade do setor público para continuar a expansão de seus mercados e assim, o verdadeiro desafio para as empresas e para o capitalismo era encontrar novos mercados capazes de absorver uma crescente capacidade de produção de bens e serviços. Assim, a reestruturação econômica fez com que surgisse uma divisão importante na organização da produção e dos mercados na economia global, com o objetivo de lidar com a incerteza causada pelo ritmo cada vez mais veloz das mudanças no ambiente econômico, institucional e tecnológico da empresa (CASTELLS, 1999).

Dos anos 70 em diante, o modelo de produção em massa passou a mostrar sinais que já não se adaptava às características da nova economia global devido, principalmente, à sua rigidez (FRAGA, s.d.; HARVEY, 1993). A demanda de quantidade e qualidade tornou-se imprevisível; os mercados ficaram mundialmente diversificados; e o ritmo da transformação tecnológica tornou obsoletos os equipamentos de produção com objetivo único. Assim, com essa rigidez e dispendiosidade, surgiu o sistema de produção flexível como uma possível resposta para superar tal rigidez (CASTELLS, 1999).

Passou-se a adotar um modelo de acumulação flexível apoiado na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo

(HARVEY, 1993). O objetivo de satisfazer as novas exigências do capitalismo mundial, as novas condições da concorrência e de valorização do capital e ao novo patamar da luta de classes na produção, assegurando o domínio do capital sobre o trabalho – o toyotismo (FRAGA, s.d; GUERRA, 2000; SOUZA,2004).

O toyotismo pode ser caracterizado por sua produção estar muito vinculada à demanda; por se fundamentar no envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo por meio do trabalho em equipe, iniciativa descentralizada, maior autonomia para a tomada de decisão no chão da fábrica, recompensa pelo desempenho das equipes, hierarquia administrativa horizontal e multivariada de funções; por ter como princípio o *just in time* e funcionar segundo o sistema de *kanban*; pelo controle de qualidade total dos produtos ao longo do processo produtivo; e pelo fato de a produção ser variada e bastante heterogênea (ANTUNES, 2003; CASTELLS, 1999).

A terceirização passa a ser componente fundamental do toyotismo, implicando uma série de vantagens para o capital como níveis ótimos de escala, redução dos custos administrativos, planejamento, vendas, controle de gestão da produção e força de trabalho, entre outros (ALVES, 2000). Assim, o capital consegue aumentar os seus lucros reduzindo os custos de produção e, ao mesmo tempo, reduz também as suas obrigações para com os trabalhadores.

Esta nova forma de produção flexível é uma inovação organizacional da produção capitalista e não uma nova forma produtiva propriamente dita, mesclando o novo e o arcaico (taylorismo-fordismo) (SOUZA, 2004). Como esclarece o mesmo autor:

[...] A originalidade do toyotismo consiste, exatamente, na sua capacidade de articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo-fordismo, com as novas necessidades de acumulação capitalista, superando, no sentido dialético (superar conservando), alguns aspectos predominantes da gestão da produção inspirada no modelo de produção massificada e nas formas rígidas de trabalho. Ao mesmo tempo em que significa uma ‘ruptura’ com a lógica taylorista-fordista, o toyotismo corresponde a uma continuidade no aperfeiçoamento da forma de acumulação do capital [...]. (2004, p.11).

O pós-fordismo, além de provocar o fracasso do Estado social, provoca também o acentuamento da pobreza em todos os países, causado pela recriação de formas de trabalho semelhantes à escravidão (VASAPOLLO, 2006). As conseqüências mais gerais do toyotismo no mundo do trabalho são:

- Crescente redução do proletariado fabril estável;
- Aumento significativo do trabalho feminino;
- Aumento do trabalho precarizado;
- Aumento da exploração do trabalho;
- Inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho;
- Exclusão dos jovens e dos idosos dos mercados de trabalho dos países centrais;
- Incremento dos assalariados médios e de serviços, o que possibilitou um significativo incremento no sindicalismo desses sectores (ANTUNES, 2003).

Com a reestruturação produtiva, intensificada pelas novas tecnologias de informação, principalmente pelo uso dos computadores, a lucratividade do capital passou a depender das novas formas de organização da produção e do trabalho e do desenvolvimento de novas tecnologias para a redução dos custos, passando, assim, as informações a ser uma mercadoria muito valorizada (GUERRA, 2000; CASTELLS, 1999). Estas tecnologias da informação foram desenvolvidas no contexto da nova Revolução Tecnológica, que tem como principal característica a aplicação dos conhecimentos e da informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso (CASTELLS, 1999).

De acordo com Castells, a Revolução da Tecnologia da informação pode ser caracterizada como:

- A sua matéria-prima são as tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre as tecnologias;
- Todos os aspectos da atividade humana são modelados pelo novo meio tecnológico;
- A lógica das redes passa a ser implementada em qualquer sistema ou conjunto de relações, usando as novas tecnologias da informação;
- O paradigma da tecnologia da informação é baseado na flexibilidade, ou seja, as organizações, instituições e processos são reversíveis;
- Há uma crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, no qual trajetórias tecnológicas antigas ficam literalmente impossíveis de se distinguir em separado (CASTELLS, 1999).

Castells considera ainda que as tecnologias da informação na década de 1990 redefiniram os processos de trabalho, o emprego e a estrutura ocupacional. Mas, apesar disto, não existe relação entre a difusão das tecnologias da informação e a evolução dos

níveis de emprego na economia, mesmo com estas tecnologias transformando a natureza do trabalho e a organização da produção<sup>4</sup> (CASTELLS, 1999). As tecnologias foram um dos pressupostos deste processo de reestruturação produtiva, mas não determinaram por si só todas as mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

#### **2.4. Efeitos sobre os sindicatos**

Nas últimas décadas o sindicalismo em todo o mundo entrou em uma profunda crise, resultante das transformações ocorridas durante o processo de reestruturação produtiva (SANTOS, 2006). Esta crise está ligada às novas condições do mercado de trabalho a que os trabalhadores têm que se submeter para continuarem empregados.

O aumento da insegurança dos trabalhadores e a luta cada vez mais feroz por uma vaga no concorrido mercado de trabalho se refletem na perda do poder de barganha dos sindicatos em todo o mundo. E, sem a devida proteção de seus governos, esta situação tende a se agravar cada vez mais.

De acordo com Singer (1998), com a reestruturação produtiva, a conseqüente adoção do toyotismo na produção e a crescente mobilidade do capital e das multinacionais, o emprego estável passou a ser privilégio de um pequeno núcleo de trabalhadores de difícil substituição, enquanto que grande parte dos trabalhadores pouco qualificados ficou vulnerável à precarização do trabalho em todo o mundo, principalmente nas economias menos desenvolvidas (SINGER, 1998). Como esclarece o mesmo autor:

[...] O que derrotou os sindicatos e os obrigou a aceitar a precarização foi a nova mobilidade que o capital adquiriu na segunda etapa da globalização<sup>5</sup>. O grande capital multinacional simplesmente abandonou o campo de batalha e se transferiu para países em que a debilidade do movimento operário lhe oferecia plena liberdade de reformular as relações de produção de acordo com os seus interesses [...]. (p. 28)

O toyotismo tem como pré-requisitos para o seu próprio desenvolvimento, o comprometimento operário na busca de soluções para os problemas da produção de mercadorias (ALVES, s.d.). Ou seja, o nexo essencial desta nova forma de organização da produção é a busca pelo pensamento operário, integrando suas iniciativas afetivo-

---

<sup>4</sup> Alguns autores discordam da visão de Castells, acreditando que existe sim uma relação positiva entre a difusão das novas tecnologias e a redução dos postos de trabalho.

<sup>5</sup> O autor refere-se ao período que se inicia nos anos 70, quando as economias capitalistas de todo o mundo tornaram-se mais abertas e interligadas.

intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias (ALVES, 2000). Assim, torna-se fundamental que não haja empecilhos no processo produtivo.

O pressuposto político e ideológico do toyotismo é o desmonte do sindicalismo classista capaz de se contrapor à lógica e aos valores do capital na produção (ALVES, 2004). Isto porque as empresas visam reduzir os encargos trabalhistas transformando seus empregados em prestadores de serviços autônomos subcontratados, acabando por desmotivá-los a reivindicarem os seus direitos (SINGER, 1998). Com esta flexibilização do trabalho, as empresas passam a trabalhar com o mínimo necessário de trabalhadores e a utilizar outros trabalhadores em condições precárias, agindo como freio para ação sindical (SOUZA, 2006). Por sua vez, aumenta a insegurança no seio dos trabalhadores com o risco de desemprego cada vez maior e, assim, acaba a solidariedade entre eles na luta por seus direitos.

Outro ponto fundamental nesta análise é o aumento das taxas de sindicalização em alguns países porque, apesar deste aumento, não significa que o movimento sindical tenha se tornado mais combativo (SOUZA, 2006). Este aumento não explica o fato de os sindicatos, pelo aumento da insegurança dos trabalhadores, estarem aceitando cada vez mais as imposições do capital em seus acordos, não reflete o fato de estes sindicatos estarem cada vez mais ligados às empresas e não diz também que tipo de sindicatos aumentou (se são dos empregadores, se são os que têm algum vínculo direto com a empresa, entre outros).

A crise dos sindicatos, apesar de apresentar muitas características comuns entre os países, ainda apresenta certas especificidades. Assim, não levar em consideração estas peculiaridades pode ser um erro fatal na luta pela reivindicação dos direitos desta classe e, como exemplo, tem-se algumas posturas assumidas pelas últimas lideranças sindicais no Brasil (SANTOS, 2006).

A crise no sindicalismo é reflexo das últimas mudanças no mundo do trabalho, com o aumento da instabilidade da classe trabalhadora, sendo esta obrigada a se submeter às condições impostas pelas empresas para garantir o seu salário. Além da precariedade nas condições de trabalho, os trabalhadores têm visto os seus direitos sendo reduzidos cada vez mais, ao mesmo tempo em que o poder de barganha de seus sindicatos reduz. E, mesmo nos casos em que o número de sindicatos aumentou, não significa que estes tenham se fortalecido.

Para elucidar melhor o que está acontecendo, observa-se que, na maioria dos países, os sindicatos têm lutado mais pela manutenção de seus direitos já adquiridos do que pela

conquista de novos. Isto parece mostrar que os direitos dos trabalhadores estão regredindo, ou seja, à medida que o tempo passa os direitos trabalhistas conquistados estão perdendo seu valor.



## **CAPÍTULO III – AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NO FINAL DO SÉCULO XX**

### **3.1. Introdução**

O mercado de trabalho em todo o mundo também foi diretamente afetado pelas mudanças ocorridas no sistema capitalista, com o aumento da concorrência e desenvolvimento de novas tecnologias nas empresas. Sendo assim, este capítulo tem o objetivo de identificar e analisar as principais transformações no mundo do trabalho, começando por analisar os *aspectos gerais do mercado de trabalho no final do século XX*; depois é feita uma análise da *evolução do desemprego mundial* ; em seguida é feito um estudo sobre *a precarização da situação dos trabalhadores*, o que pode ajudar na comparação com a situação dos trabalhadores brasileiros; por fim, aborda-se a questão *da expansão do setor de serviços*.

### **3.2. Aspectos gerais do mercado de trabalho no final do século XX**

Como já foi dito no capítulo anterior, a crise capitalista e o aumento da concorrência entre as economias desencadearam um profundo processo de reestruturação produtiva em todo o mundo, fazendo com que estas economias se tornassem interdependentes globalmente.

O processo de reestruturação produtiva é caracterizado por uma maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em rede; fortalecimento do capital em relação ao trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; intervenção estatal para desregular os mercados; aumento da concorrência global (CASTELLS, 1999).

O desenvolvimento das novas tecnologias foi condição permissiva e fator de intensificação da globalização e, conseqüentemente, do processo de reestruturação produtiva (CHESNAIS, 1996). Mas, de acordo com Alves, não foi apenas o desenvolvimento dessas novas tecnologias que contribuiu para impulsionar a ofensiva do capital na produção, mas principalmente as determinações políticas ocorridas nos anos 70 e

80, com a ascensão de políticas neoliberais que promoveram a desregulamentação da concorrência e liberalização comercial, além de permitirem a adoção de políticas anti-sindicais (ALVES, 2000). Observa-se assim, que os governos e instituições financeiras internacionais é que abriram os novos espaços para a implantação das políticas neoliberais, com as respectivas conseqüências sobre o mercado de trabalho.

A reestruturação produtiva e a ascensão destas políticas trouxeram mais benefícios para o capital do que para os trabalhadores em geral. O capital ganhou uma maior mobilidade pelo mundo, fez com que os trabalhadores e governos se tornassem seus dependentes e ganhou maior lucratividade e maior nível de exploração em relação aos trabalhadores e novos territórios.

Surgiram profundas transformações no mundo do trabalho, sendo a deterioração das condições de trabalho a mais importante delas, com o aumento da precarização do trabalho e a insegurança dos trabalhadores (ALVES, 2000; SINGER, 1998). Assim, quanto mais acirrada se torna a competição intercapitalista em todo o mundo, mais a força de trabalho humana fica precarizada. Como esclarece Antunes (2003):

[...] Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se a força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental 'sociedade descartável', entretanto, o circuito reprodutivo do capital [...]. (p. 38).

De acordo com Castells, a forma tradicional de trabalho com base no emprego de horário integral, projetos profissionais bem delineados e um padrão de carreira ao longo da vida estão sendo extintos, sendo a principal tendência das economias a diversificação do tempo e dos horários de trabalho (CASTELLS, 1999). Em todo o mundo observa-se uma crescente tendência para a imposição de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, favorecendo a acumulação capitalista, o que mostra mais uma vez a precarização das condições de trabalho em benefício do capital (HARVEY, 1993).

Apesar da interligação das economias, o sistema mundial não está integrado quanto ao trabalho, permitindo que as empresas multinacionais explorem as diferenças de remuneração do trabalho entre diversas regiões. Assim, estas multinacionais implantam fábricas ou unidades de produção em diferentes países com o objetivo de aproveitar os diferentes níveis salariais e economizar na especialização, causando o aumento da marginalização dos países menos desenvolvidos (CHESNAIS, 1996). Assim, os países subdesenvolvidos tendem a promover um rebaixamento ainda maior do custo do trabalho e

a desregulamentação dos seus mercados de trabalho com o intuito de oferecer condições mais satisfatórias à atração das corporações transnacionais para dentro das suas economias (POCHMANN, 2001).

O processo de globalização provoca a reorganização da divisão internacional do trabalho, causado, em parte, pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países (SINGER, 1998). Mas, embora o capital financeiro flua com liberdade em todo o mundo, grande parcela da força de trabalho mundial ainda é muito limitada pelas instituições, cultura, fronteiras, polícia e xenofobia, permanecendo presa à nação (CASTELLS, 1999).

Com a reestruturação produtiva, as empresas viram-se obrigadas a investir cada vez mais em tecnologias, fazendo com que a formação de novas competências no conjunto dos trabalhadores se tornasse fundamental no processo produtivo (SOUZA, 2004). Como esclarece o autor:

[...] Assim, para aumentar a produtividade do trabalho no seu estágio atual de desenvolvimento, o capital tem procurado eliminar os tempos mortos, por meio da inserção cada vez mais intensa de ciência e tecnologia nos processos produtivos, e resgatar a velha disciplina por meio de novos mecanismos de gestão do trabalho. Obviamente, a formação de um trabalhador coletivo de novo tipo torna-se imprescindível [...] (p. 5).

Apesar da tendência histórica para a interdependência da força de trabalho em escala global, o mercado de trabalho só existe para uma fração minúscula da força de trabalho, composta por profissionais com a mais alta especialização (CASTELLS, 1999). Mas, mesmo assim, pelas condições sócio-econômicas de cada país, são as economias mais avançadas que concentram a maior parte destes profissionais, mostrando a polarização no perfil dos trabalhadores a nível mundial. Assim, nas últimas décadas, o centro capitalista passou a concentrar maior participação relativa no total dos empregos qualificados, e as periferias, os empregos não qualificados (POCHMANN, 2001). Mas, essa maior qualificação dos trabalhadores nos países desenvolvidos, atrelada aos padrões produtivos tecnologicamente mais avançados, também resulta num aumento da exploração da força de trabalho (ANTUNES, 2006).

Quanto à evolução do mercado de trabalho, durante o período pós-industrial (1970-1990) houve uma redução do emprego industrial e expansão do setor de serviços (CASTELLS, 1999). Embora essa seja uma tendência mundial, existem diferenças entre as economias mais avançadas e as menos desenvolvidas geradas, em parte, pela divergência no acesso às novas tecnologias e investimentos no setor produtivo.

Para Castells, as sociedades consideradas informacionais (G-7) podem ser caracterizadas por:

- Eliminação gradual do emprego rural;
- Declínio estável do emprego industrial tradicional;
- Aumento dos serviços relacionados à produção e dos serviços sociais, com ênfase sobre os serviços relacionados à produção na primeira categoria e sobre os serviços de saúde no segundo grupo;
- Crescente diversificação das atividades do setor de serviços como fontes de emprego;
- Rápida elevação do emprego para administradores, profissionais especializados e técnicos;
- A formação de um proletariado “de escritório”, composto de funcionários administrativos e de vendas;
- Relativa estabilidade de uma parcela substancial do emprego no comércio varejista;
- Crescimento simultâneo dos níveis superior e inferior da estrutura ocupacional;
- A valorização relativa da estrutura ocupacional ao longo do tempo, com uma crescente participação das profissões mais especializadas e nível avançado de instrução em proporção maior que o aumento das categorias (CASTELLS, 1999; p.293)

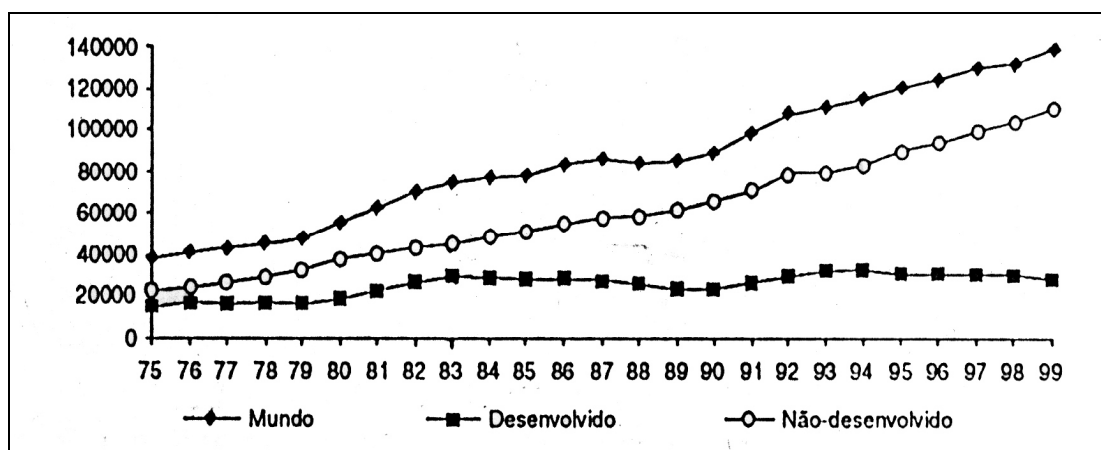
Houve também uma importante mudança em relação ao papel das mulheres no mercado de trabalho, passando a substituírem-se os trabalhadores homens melhor remunerados e menos facilmente demissíveis pelo trabalho feminino mal pago. Assim, o capital passa a fazer uso da vulnerabilidade desta mão-de-obra, com o aumento da exploração e diminuição da sua segurança no emprego (HARVEY, 1993).

Analisando estas novas peculiaridades no mercado de trabalho, observa-se que os trabalhadores estão cada vez mais expostos e vulneráveis aos caprichos do capital e com cada vez menos proteção dos seus governos e instituições internas, comprovando a crescente precarização das suas condições de trabalho.

### 3.3. A evolução do desemprego mundial

As altas taxas de desemprego tornaram-se características dominantes em todo o mundo, por causa da necessidade do capital pela busca do lucro e da acumulação (MÉSZÁROS, 2006). Assim, observa-se no gráfico 1, que estas taxas se elevaram em todo o mundo com a proliferação da globalização, principalmente desde o início da década de 80.

**Gráfico 1** – Mundo: evolução da quantidade de desempregados, 1975 – 1999.

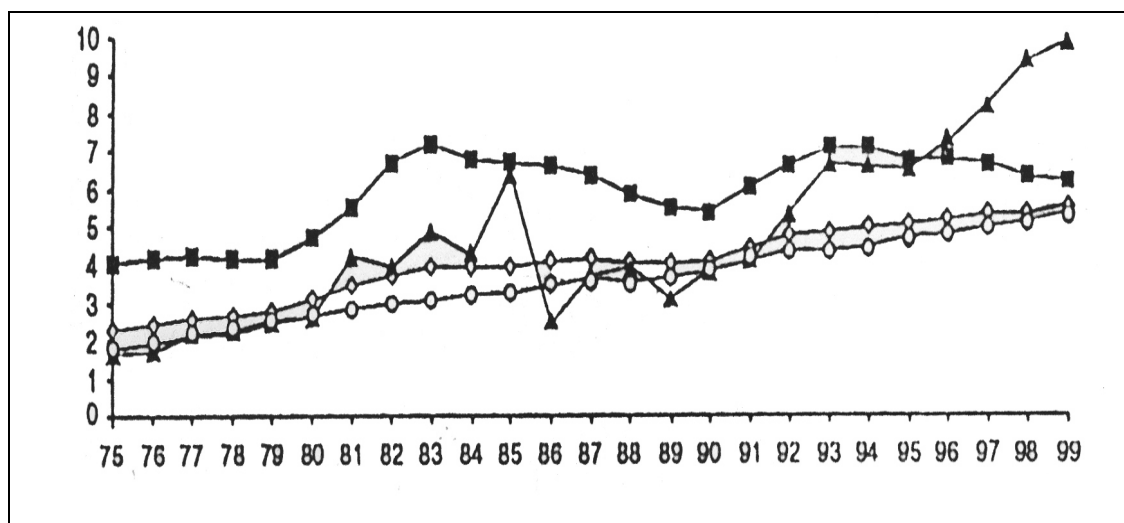


Fonte: POCHMANN, 2001.

Apesar de o desemprego ter aumentado em todo o mundo, este fenômeno se faz sentir com maior incidência nos países não-desenvolvidos. O volume de desempregados mostrou-se crescente nas nações não-desenvolvidas, enquanto que nas nações desenvolvidas este volume é bem menor e mais estável, conseqüentemente os países não-desenvolvidos têm uma proporção maior no volume de desempregados no mundo.

Estes dados podem ajudar a explicar a maior precarização das condições de trabalho nos países subdesenvolvidos em relação aos países desenvolvidos. Isto porque o gráfico ilustra as modificações na divisão internacional do desemprego aberto (POCHMANN, 2001). O gráfico mostra ainda que, nos países desenvolvidos onde a qualificação dos trabalhadores é maior, o nível de emprego é mais alto, ao contrário dos países subdesenvolvidos. Assim, para além do desemprego, observa-se a marginalização das condições dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil.

**Gráfico 2** – Mundo: evolução da taxa de desemprego da força de trabalho (%), 1975 – 1999.



—◇— Mundo —■— Países desenvolvidos —○— Países não-desenvolvidos —▲— Brasil

Fonte: POCHMANN, 2001.

Comparando a situação da taxa de desemprego no mundo com a taxa de desemprego no Brasil, um fato impressionante é que a evolução desta taxa no Brasil é a mais volátil e chega até a ultrapassar o patamar do desemprego dos países desenvolvidos entre 1995 e 1996, o que pode ser constatado no gráfico 2. O Brasil, apesar de se enquadrar no grupo dos países não-desenvolvidos, apresenta taxas de desemprego superiores ao grupo dos países desenvolvidos, mostrando a cada vez mais difícil situação dos trabalhadores.

### 3.4. A precarização da situação dos trabalhadores

Com a crescente concorrência intercapitalista e a reestruturação produtiva vivida pelas empresas nas duas últimas décadas, estas empresas passaram a buscar novas formas de redução de custos produtivos para poderem aumentar a sua lucratividade e se manterem na arena da concorrência mundial.

O principal objetivo do capital na sua ofensiva ao mundo do trabalho e da produção é a desregulamentação das relações produtivas, a flexibilização dos contratos de trabalho, a privatização das políticas sociais e a exaltação da lei do mercado como instrumento regulador da sociedade (SOUZA, 2004). Por trás deste objetivo está a precarização das condições de trabalho dos trabalhadores em benefício do aumento da lucratividade do capital.

Uma outra tendência vigente na nova economia é a crise da grande empresa e a flexibilidade das pequenas e médias empresas como agentes de inovação e fontes de criação de empregos (CASTELLS, 1999). Isto está diretamente ligado à terceirização de muitas atividades realizadas antes pelas grandes empresas, mas que agora, visando a redução de custos, passam a ser feitas pela subcontratação de empresas ou trabalhadores autônomos.

Com a terceirização, muitas atividades passam a ser exercidas por pequenos empresários, trabalhadores autônomos, cooperativas de produção, etc., o que transforma um certo número de postos de trabalho formais em ocupações que deixam de oferecer garantias e os direitos habituais e de carregar os custos correspondentes (SINGER, 1998). Para além da destruição de inúmeros postos de trabalho, a terceirização de atividades ainda provoca o aumento da informalidade e a precarização das condições de trabalho. Isto acontece porque, sem garantias e com a necessidade de sobreviver, as pessoas vêem-se obrigadas a trabalhar mais e em condições cada vez mais degradantes.

Ao flexibilizarem os processos produtivos, as empresas podem adotar a flexibilização salarial, de horários ou funcional, mas, em qualquer um dos casos, os trabalhadores é que sofrem com esta situação porque ao mesmo tempo que as empresas conseguem reduzir os seus vínculos em relação aos trabalhadores, estas últimos aumentam a sua insegurança em relação aos postos de trabalho e são obrigados a aceitar trabalhar em condições precárias para poderem manter os seus postos de trabalho e terem um rendimento fixo mensal. Com a flexibilização dos regimes de trabalho, a subcontratação e a terceirização, as empresas

buscam o aumento da sua competitividade, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira para a de trabalhadores sem carteira assinada (ANTUNES, 2006). Assim, a flexibilização, apesar de ser considerada uma das alternativas para combater o desemprego, acaba por ser uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições, o que corresponde à desumanizadora precarização da força de trabalho (VASAPOLLO, 2006; MÉSZÁROS, 2006).

Um dos reflexos do aumento da flexibilização e do desenvolvimento tecnológico é a expansão do setor de serviços no mundo inteiro. Muitos trabalhadores migraram para este terceiro setor, que passou a aumentar a oferta de trabalho, servindo o capital na busca por maior rapidez, flexibilidade e lucratividade na produção.

### **3.5. A expansão do setor de serviços**

Com a reestruturação produtiva ocorreram algumas mudanças setoriais, com a queda ou estabilização na participação relativa dos empregos industriais e da agropecuária, e um aumento das ocupações no setor de serviços (POCHMANN, 2001). Esta evolução setorial dos empregos deve-se às novas formas de reorganização da produção, mas, mostrou-se diferente entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, fato que pode ser constatado na tabela abaixo (KON, 2006).



**Tabela 1** – Distribuição da força de trabalho mundial, por setor de atividade, segundo nível de renda dos países 1990-2001.

Economias	Em porcentagem		
	Primário	Secundário	Serviços
<b>Renda Baixa</b>			
1990	69,0	15,0	16,0
2001	45,0	13,0	43,0
<b>Renda Média Baixa</b>			
1990	36,0	27,0	37,0
2001	32,0	21,0	46,0
<b>Renda Média Alta</b>			
1990	21,0	27,0	52,0
2001	22,0	25,0	53,0
<b>Renda Alta</b>			
1990	5,0	31,0	64,0
2001	4,0	25,0	71,0

Fonte: KON, 2006.

Nota: Os grupos de renda são divididos pelo Banco Mundial com base na renda *per capita* como: Renda baixa, US\$ 875 ou menos; Renda Média Baixa, US\$ 876 a US\$ 3.465; Renda Média Alta, US\$ 3.466 a US\$ 10.725; e Renda Alta, US\$ 10.726 ou mais.

Na tabela 1, observa-se que os países de Renda baixa apresentam uma grande queda na participação da mão-de-obra no setor primário e um aumento nos setores secundário e terciário; os países de Renda Média baixa apresentam a mesma tendência que o grupo de países de Renda Baixa; os países de Renda Média Alta registram um aumento no setor primário e terciário, e queda no setor secundário; os países de Renda Alta registram a mesma tendência que os países de Renda Baixa e Renda Média Baixa, mas não na mesma proporção (KON, 2006).

Analisando os dados desta tabela observa-se que, à medida que o nível de renda dos países vai aumentando a intensidade em que a mão-de-obra vai mudando de setor vai diminuindo, ou seja, a diferença entre “o antes e o depois” vai ficando cada vez menor. Estas mudanças setoriais tiveram diferentes dinâmicas entre os países, dependendo do grau de modernização tecnológica nos processos produtivos e do nível de qualificação dos trabalhadores (KON, 2006). A tabela mostra ainda que os países que concentram um maior índice de emprego no setor de serviços tiveram maior acesso às novas tecnologias surgidas na última Revolução Tecnológica, são países mais desenvolvidos.

A tendência mundial mostra um aumento do setor de serviços nas diferentes economias, mas, esta evolução não mostra que a qualidade dos serviços criados nestes países é diferente, ou seja, os países mais desenvolvidos concentram a maior parte dos serviços modernos, ao contrário dos menos desenvolvidos (KON, 2006).

Apesar de os dados mostrarem uma queda na participação relativa dos empregos industriais e agropecuários, sendo contrabalanceada pelo crescimento do setor de serviços, no Brasil a evolução do setor de serviços não compensou a destruição dos empregos na indústria e no campo (POCHMANN, 2001). Com isto, ocorreu uma maior marginalização da População Economicamente Ativa (PEA) e o conseqüente aumento do desemprego e precarização da situação dos trabalhadores.

**Tabela 2** – Distribuição da população ocupada, segundo setores de atividade no Brasil – 1990-2005.

Setores	Em porcentagem		
	1990	1999	2005
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Primário	22,8	24,2	20,6
Secundário	22,7	19,8	21,4
Terciário	54,5	56,0	58,1

Fonte: KON, 2006.

O Brasil se enquadra no grupo de países de Renda Média Alta e, como mostra a Tabela 2, entre 1990 e 1999 apresenta um aumento nos setores Primário e Terciário, e uma queda no setor Secundário. Mas, esta tendência não se manteve, pois no ano de 2005 o setor Primário diminuiu a sua participação, enquanto que os dois últimos setores aumentaram, mostrando a volatilidade da economia do país.

Como tendência geral, o setor de serviços aumentou a sua participação relativamente aos demais setores devido, principalmente, ao desenvolvimento de novas tecnologias e à Reestruturação Produtiva. Mas, apesar deste aumento, existem diferenças na quantidade e qualidade dos empregos gerados neste setor.

Nos países desenvolvidos, a expansão deste setor está ligada às novas tecnologias, enquanto que nos países subdesenvolvidos este fato parece estar relacionado ao atraso nos

outros setores. Assim, apesar desta expansão ser tendência mundial, ela apresenta conseqüências e causas diversas, afetando diretamente os trabalhadores.

## **CAPÍTULO IV – A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS 90**

### **4.1. Introdução**

Desde o final dos anos 80, o Brasil tem passado por importantes mudanças políticas e econômicas que afetaram profundamente o mercado de trabalho no país. Estas mudanças foram viabilizadas pelo processo de reestruturação produtiva ocorrido por meio da expansão da globalização. A primeira parte deste capítulo faz uma revisão sobre *o cenário político e econômico brasileiro na década de 1990*; na segunda parte é discutida a *dinâmica do mercado de trabalho brasileiro na década de 1990*; na terceira parte é feita uma breve discussão sobre *a informalidade no mercado de trabalho brasileiro*; é também apresentada uma secção sobre *a feminização do mercado de trabalho no Brasil*; por fim faz-se uma breve revisão sobre os *impactos sobre o sindicalismo no Brasil*.

### **4.2. O cenário político e econômico brasileiro na década de 1990**

A globalização trouxe consigo importantes conseqüências para o mercado de trabalho brasileiro, que passou ser caracterizado pela profunda deterioração do trabalho. Esta deterioração não pode ser atribuída somente à abertura do mercado, pois, em conjunto com esta abertura, os governos brasileiros desregulamentaram o comércio externo e o sistema financeiro, extinguiram o controle dos preços e criaram uma âncora cambial para estabilizar os preços, que tornou o Brasil ainda mais dependente de entradas maciças de capital externo (SINGER, 1998).

Nos primeiros 80 anos do século XX, o Brasil teve uma grande participação relativa na economia mundial. Mas, a partir dos anos 1980 o país entra numa crise profunda e perde grande parte da sua participação na economia mundial (POCHMANN, 2001). Assim, este país vê-se obrigado a entrar num processo de profunda reestruturação produtiva, a partir da década de 1990, para tentar recuperar a economia das conseqüências devassadoras da chamada “década perdida”.

O processo de reestruturação produtiva ocorrido na década de 1990 não foi o primeiro pelo qual o país passou. O Brasil teve o seu primeiro surto de reestruturação produtiva vinculado ao perfil taylorista-fordista no governo Kubischek; o segundo ocorre na época do “milagre brasileiro”, durante a ditadura militar; e o terceiro surge com a crise do capitalismo brasileiro, com a adoção do toyotismo, causando a maior crise do sindicalismo brasileiro (ALVES, 2000).

Durante a década de 1980 o Brasil viveu um período de muita instabilidade e a pior recessão do século, causadas pela política econômica adotada pelo governo Collor, através do Plano Collor I, onde a economia se deteriorou bastante devido ao processo hiperinflacionário; à estagnação da renda *per capita*; à redução dos investimentos; ao processo de modernização nacional, fundamentado na abertura comercial; à reformulação do papel do Estado, que daria agilidade e modernidade ao setor privado; e à política de âncora cambial (ALVES, 2000; SINGER, 1998; POCHMANN, 2001).

De acordo com Antunes, os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva no Brasil ocorreram durante a década de 1980, determinados:

- Pela imposição das empresas transnacionais às suas subsidiárias no Brasil de novos padrões organizacionais e tecnológicos inspirados no toyotismo;
- Pela necessidade de as empresas brasileiras prepararem-se para a nova fase, marcada por forte competitividade internacional;
- Pela necessidade de as empresas brasileiras responderem ao avanço do novo sindicalismo e das formas de confronto e de rebeldia dos trabalhadores que procuravam estruturar-se mais fortemente nos locais de trabalho (ANTUNES, 2006).

A reestruturação produtiva da década de 1980 atingiu apenas os pólos operários das principais indústrias modernas do país e mesclava padrões tecnológicos e de gestão da produção arcaicos e modernos, provocando a diminuição do número de operários e o desaparecimento de várias profissões. As empresas passaram a adotar métodos gerenciais toyotistas de caráter restrito, mas elas continuaram preservando na organização da produção, a lógica taylorista-fordista, caracterizada pela padronização do trabalho, rígida divisão do trabalho e ausência de autonomia dos operários (ALVES, 2000). Assim, já no final desta década, com estas mudanças técnico-produtivas (com os novos conhecimentos científicos e tecnológicos), já se fazia sentir no seio da classe trabalhadora o aumento da insegurança no emprego e uma maior concorrência no interior da população ativa (POCHMANN, 2001).

A partir da década de 1990, os Governos Collor e Cardoso passam a adotar políticas neoliberais com o objetivo recuperar a economia interna da recessão da década de 1980. É no Governo Collor (1990 – 1993) que surge a nova reestruturação produtiva, embora de forma precária, criando uma crise para a indústria brasileira, que foi obrigada a cortar investimentos, reduzir salários e aumentar o número de demissões para poder sobreviver. Estas empresas (principalmente a indústria automotiva), por causa do aumento da competitividade, viram-se obrigadas a adotar um conjunto de métodos e técnicas organizacionais inspiradas no toyotismo – terceirização, *just in time* e círculos de controle de qualidade (ALVES, 2000).

De acordo com Alves, os determinantes da nova reestruturação produtiva da década de 1990 foram: a mundialização do capital, a adoção de políticas neoliberais e a derrota do PT (Partido dos Trabalhadores) nas eleições de 1989 e de 1994, instalando uma crise do sindicalismo brasileiro (ALVES, 2000). Esta derrota do PT significou também a derrota dos trabalhadores e o início de uma nova era neoliberal na economia brasileira.

O interesse político dos novos líderes que assumiram o governo no mundo todo entre as décadas de 1980-1990 favorecia a globalização, sendo eleitos em consequência de uma economia em declínio, ou às vezes falida, e consolidavam o poder melhorando substancialmente o desempenho econômico do país, como no caso de Cardoso, que foi eleito presidente com base no bem-sucedido Plano Real, destruindo a inflação pela primeira vez na história do país. Ele teve de integrar o Brasil na economia global, facilitando a concorrência das empresas brasileiras (CASTELLS, 1999).

Após o período recessivo do governo Collor, a recuperação capitalista no Brasil ganhou um novo ímpeto com o Plano Real (1994), devido a estabilidade da economia. Além das condições macroeconômicas favoráveis, os capitalistas foram estimulados pelas novas condições políticas e sociais, como o enfraquecimento do poder sindical. (ALVES, 2000).

No governo Collor o processo de reestruturação produtiva não se completou causa da crise que se abateu sobre a economia, mas, no governo Cardoso, por meio do Plano Real, o mundo produtivo encontrou uma contextualidade propícia para o deslanche vigoroso de sua reestruturação (ANTUNES, 2006). Este novo ciclo de crescimento no governo Cardoso só foi possível por causa do panorama internacional propício para a retomada dos fluxos financeiros internacionais para o país pelas novas oportunidades de negócios criadas pela privatização e pelo novo espaço de valorização do capital posto pelo MERCOSUL (ALVES, 2000).

Após a implantação do Plano Real, o país viveu um período de forte sobrevalorização cambial entre 1994 e 1998, garantida pela grande abundância de capital no mercado financeiro internacional, pela redução da aversão ao risco no mercado e pela política interna que mantinha as taxas de juros elevadas. Esta sobrevalorização tinha o objetivo de evitar o processo inflacionário e impor ao empresariado brasileiro a necessidade de uma maior modernização produtiva e gerencial de suas empresas, mas, acabou por provocar uma consequência ainda mais grave, a reversão do saldo comercial brasileiro (FREIRE, 2006).

Como consequências do modelo econômico adotado na última década têm-se: a produção industrial doméstica ficou praticamente parada, sendo em parte substituída pelas importações; aumento da dívida externa; aumento das importações, causando sério impacto sobre o emprego; e enxugamento do pessoal no setor público (POCHMANN, 2001).

Apesar das políticas econômicas adotadas nesta década, visando uma maior abertura comercial e a entrada de capitais estrangeiros, o Brasil não conseguiu ingressar em um novo ciclo de crescimento sustentável. A economia do país não só apresentou baixas taxas de crescimento, como este crescimento foi de uma grande volatilidade (FREIRE, 2006).

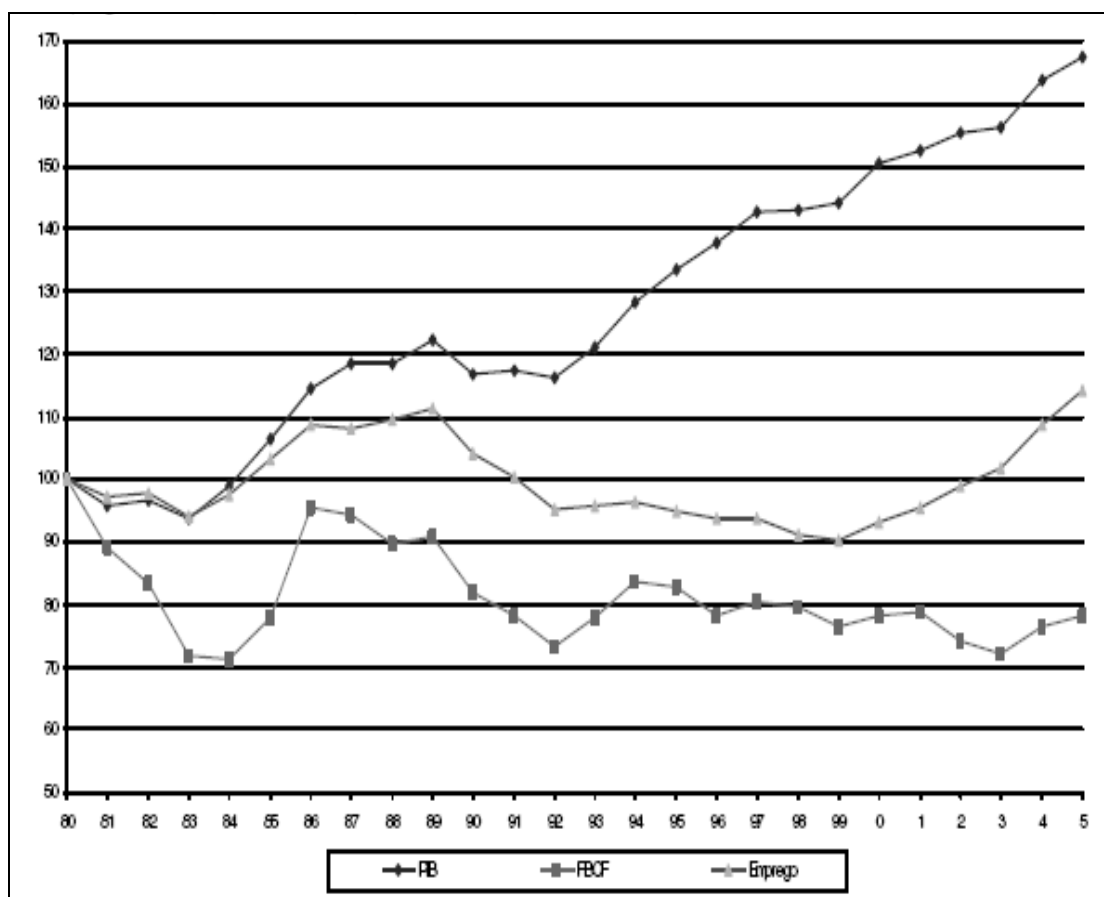
Nos anos 90 a economia brasileira foi marcada pelo crescente desemprego, pela contínua concentração da renda, pelo aumento do endividamento interno e externo e pela ausência de crescimento sustentado, determinados pelo baixo e volátil crescimento econômico do período, pela abertura comercial, a sobrevalorização cambial, pelas privatizações e pela maior presença do capital estrangeiro no parque produtivo brasileiro (POCHMANN, 2001; FREIRE, 2006). Isto tudo causou importantes alterações no mercado de trabalho brasileiro ao longo da década, com o aumento da precarização dos trabalhadores em geral.

O gráfico seguinte (3) ilustra bem o que aconteceu com a economia do país neste período. Observa-se que o Produto Interno Bruto (PIB) dos anos 90 cresceu de forma considerável, mas os investimentos não registraram o mesmo comportamento, apresentando uma grande volatilidade. O PIB cresceu mais que o nível de investimentos e estes, para além de voláteis formam caindo, mostrando que o crescimento não seria duradouro.

Durante estes anos o emprego não mostrou uma relação positiva com o crescimento do PIB. Ao longo do período a quantidade de empregos também foi caindo, mostrando que o crescimento econômico não estaria relacionado ao aumento dos postos de trabalho.

Entre 1990 e 1992, o emprego formal e a produção interna caíram e houve um aumento da quantidade de produtos importados como fruto da abertura comercial; entre 1993 e 1997, o emprego formal voltou a cair, mas a economia cresceu estimulada pela ampliação das importações, do investimento externo e do endividamento interno e externo; entre 1998 e 1999, o emprego formal e a produção caíram novamente; à partir de 1999, os empregos formais registraram um ligeiro aumento, favorecendo a situação dos trabalhadores e mostrando sinais de um novo comportamento da economia (POCHMANN, 2006).

**Gráfico 3** – Brasil: evolução dos índices do Produto Interno Bruto (PIB), dos investimentos (FBCF) e do emprego formal (1980 = 100,0)



Fonte: POCHMANN, 2006.

Os dados mostram que neste período a economia realmente cresceu, mas, não acompanhou a evolução da situação dos trabalhadores que, perante tais condições de



desemprego e insegurança, tiveram que se submeter à informalidade e às novas condições de trabalho que o mercado oferecia.

De acordo com Pochmann, a precarização na geração dos postos de trabalho tende a estar relacionada ao comportamento do conjunto das atividades econômicas do país e ao perfil da reinserção externa da economia nacional (POCHMANN, 2006). Isto pode ser comprovado no gráfico 3, analisando a evolução da economia nacional no período.

Mas, apesar da situação vivida na década passada, a partir do início dos anos 2000 a situação dos trabalhadores parece estar aumentando porque passou a registrar-se uma elevação no crescimento da economia acompanhado da elevação dos empregos, porém, os investimentos (até 2005) não mostraram um aumento relevante.

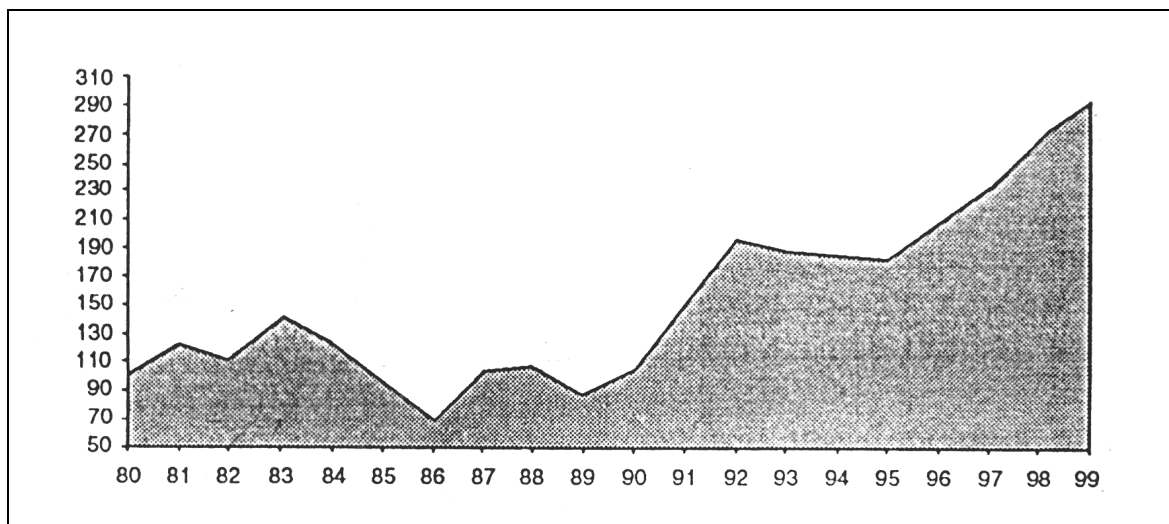
#### **4.3. O mercado de trabalho brasileiro na década de 1990**

De acordo com Pochmann, nas duas últimas décadas o Brasil viveu a mais grave crise do emprego de sua história, causada pela ausência de crescimento econômico sustentado e pela adoção de políticas neoliberais. Segundo o autor, a crise do emprego nos anos 90 pode ser caracterizada pelo desemprego em massa, abrangendo praticamente todos os segmentos sociais; crescimento do nível de empregos assalariados sem carteira assinada; e pela destruição de postos de trabalho de melhor qualidade (POCHMANN, 2006).

Quanto ao desemprego em massa, os gráficos 4 e 5 ilustram muito bem o que ocorreu na década passada. Apesar da volatilidade do índice de desemprego apresentada na década de 1980, este mesmo índice nunca tinha atingido os níveis dos anos 90.

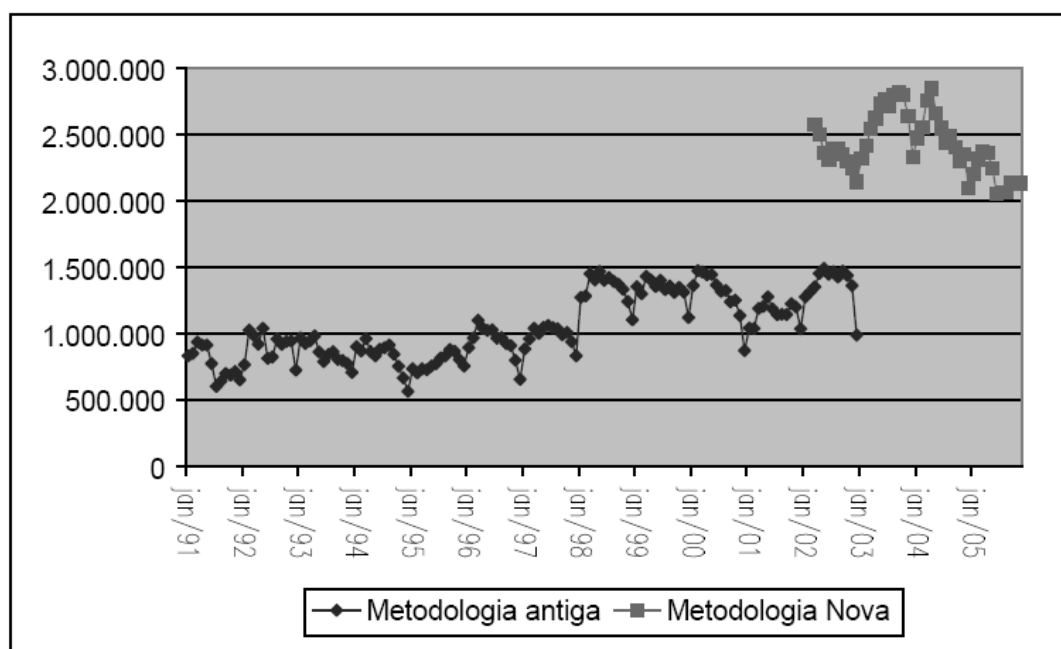
A partir dos anos 90 o desemprego começou um crescimento contínuo em todo o país, atingindo níveis cada vez mais elevados ao longo do período em estudo. Este fato ocorreu com maior incidência nas regiões metropolitanas que foram as que mais sentiram os efeitos da reestruturação produtiva da época. Assim, como mostra o gráfico 5, o número de desempregados chegou a atingir o patamar dos 1.500.000 de trabalhadores.

**Gráfico 4** – Brasil: evolução do índice de desemprego, 1980-1990 (1980 = 100,0).



Fonte: POCHMANN, 2001

**Gráfico 5** – Brasil: População Desempregada nas Regiões Metropolitanas.



Fonte: FREIRE, 2006

As razões destas altas taxas de desemprego, segundo Pochmann, são:

- Baixas taxas de expansão da economia no país registradas a partir de 1980;
- O caráter passivo e subordinado do Brasil na economia mundial desde 1990;
- Alterações na demanda agregada devido às oscilações/redução da produção interna e ao aparecimento de maior quantidade de produtos importados;
- A natureza da reinserção externa a partir de 1990, fundada na abertura comercial e nas desregulamentações econômica e financeira, atrelado ao fato de internamente também se estar vivendo um cenário cambial desfavorável;
- Processo de reestruturação das empresas voltado para a implantação de novos programas de gestão da produção, de reorganização do trabalho e de inovação tecnológica;
- Ajuste antiemprego público (POCHMANN, 2006).

O fato de o crescimento econômico das duas últimas décadas não estar diretamente relacionado com o aumento do emprego pode ser explicado, em parte, pelo fato de ao longo da década de 1990, os investimentos das empresas serem de natureza fundamentalmente reestruturadora, com o objetivo de aumentar a produção mediante a substituição da força de trabalho através da modernização destas empresas e da substituição da mão-de-obra pelo capital constante (FREIRE, 2006).

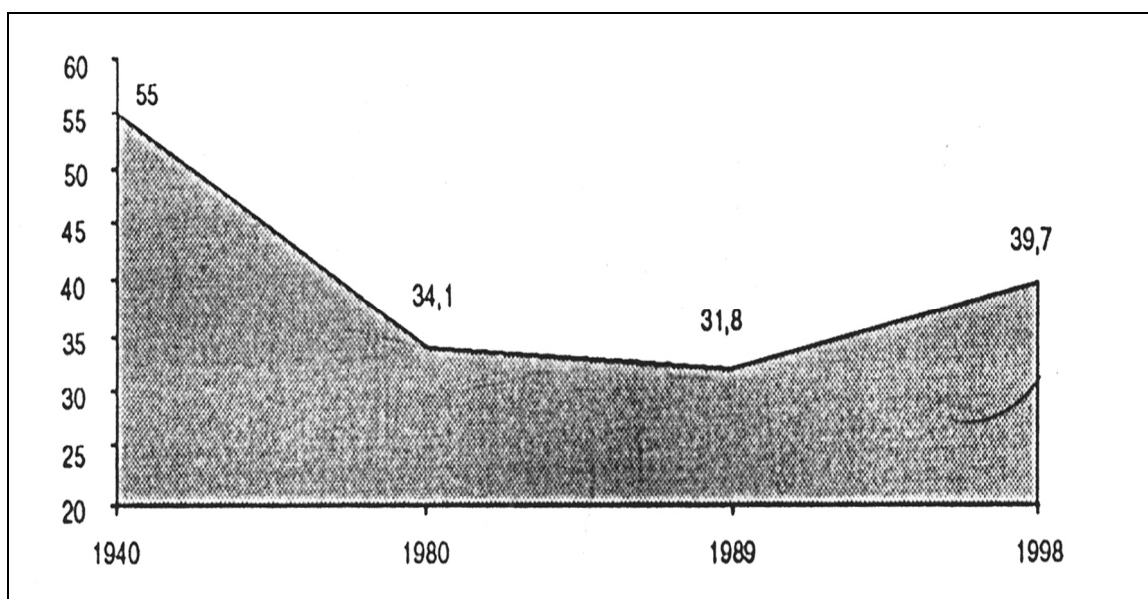
Até o final da década de 1980 o desemprego concentrava-se mais entre jovens e pessoas com pouca experiência profissional, mas durante a década de 1990 esse perfil mudou, passando a ser caracterizado por pessoas com mais de oito anos de escolaridade, com idade mais avançada (mais de 49 anos de idade), do sexo feminino, chefes de família, brancas, que buscam o reemprego e residem na região Sudeste. Em compensação, o desemprego ficou menos concentrado para aquelas pessoas com menos grau de escolaridade, menos faixa etária, do sexo masculino, não-chefes de família, não-brancos, que buscam um primeiro emprego e que moram na região Nordeste (POCHMANN, 2001; p.206).

Analisando o novo perfil de desempregados brasileiros, observam-se claramente os efeitos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho. Isto é, este perfil mostra a precarização do trabalho brasileiro, pois, os trabalhadores mais qualificados estão encontrando dificuldades na obtenção de emprego provavelmente pela simplificação das tarefas que antes só podiam ser realizadas por um pessoal altamente qualificado. O trabalho

tornou-se mais simples com a ajuda da incorporação das novas tecnologias na produção de modo que qualquer um pode realizar estas tarefas sem a necessidade de ter uma grande qualificação para tal. Assim, os empregadores capitalistas, frente a grande concorrência e a necessidade de obtenção de lucros cada vez maiores, procuram a mão-de-obra mais explorável e a um custo mais baixo, que é exatamente o que este perfil de trabalhadores mais procurados apresenta.

O gráfico 6 mostra a evolução da taxa de precarização da força de trabalho no país. Esta taxa, era decrescente desde 1940 mas, à partir de 1989 ela voltou a subir, atingindo 39,7% em 1998. O Brasil não registrava este nível desde os anos 1940, o que mostra que a situação dos trabalhadores está a regredir aos tempos em que os seus direitos ainda não se faziam valer.

**Gráfico 6** – Brasil: evolução da taxa de precarização\* da força de trabalho (%), 1940-1998.



\* Relação entre desempregados, sem remuneração e por conta própria em relação à PEA.

Fonte: POCHMANN, 2001 (p.98).

É interessante observar que o fato de a economia brasileira estar em constante crescimento não tem relação positiva com a melhoria da situação dos trabalhadores. À medida que a economia foi ficando mais aberta e que a quantidade de trabalhadores foi aumentando neste período, a taxa de precarização foi mostrando o aumento da dificuldade dos trabalhadores.

O Brasil tende a se distinguir da estrutura ocupacional das economias avançadas, pois apresenta alta concentração de trabalhadores nas ocupações profissionais inferiores e baixa qualificação nas ocupações profissionais intermediárias e superiores. Assim sendo, as categorias profissionais que mais perderam postos de trabalho na década de 1990 estão associadas a uma maior exigência profissional (POCHMANN, 2001).

A abertura comercial impactou o mercado de trabalho de um lado mediante a entrada de produtos importados e, de outro, através do aumento da produtividade do trabalho, pelas perdas decorrentes de mudanças tecnológicas. Outro fator determinante do desempenho do mercado de trabalho brasileiro nesse período foi o processo de privatização e de internacionalização da economia nacional. As empresas privadas nacionais e as estrangeiras respondiam pelo maior volume de vendas no país. Essa privatização e desnacionalização das grandes empresas trouxeram a modernização tecnológica e a terceirização de atividades secundárias, provocando o aumento do desemprego (FREIRE, 2006).

A partir do final da década de 1980, na era neoliberal, é que a terceirização assumiu notoriedade no Brasil, principalmente nas fábricas localizadas no ABC Paulista. Com a terceirização, aumentou ainda mais a flexibilidade dos contratos de trabalho, fazendo surgir cada vez mais a necessidade de uma nova regulação do trabalho (ALVES, 2000).

A principal forma de flexibilização em todas as regiões brasileiras foi a contratação do trabalhador diretamente pela empresa, como assalariado sem carteira de trabalho assinada. A segunda forma de flexibilização a se generalizar foi o assalariamento indireto, decorrente da terceirização de serviços. Outro fator importante que está diretamente ligado à flexibilização é o emprego de jornadas de trabalho superiores à legal, que vem aumentando em todo o país, e o incremento cada vez maior de crianças e adolescente no mercado de trabalho (DIEESE, 2001).

As altas taxas de desemprego no país atingiram níveis jamais vistos, passando a abranger todos os segmentos sociais. O Brasil vivia uma situação econômica desfavorável, o que acabou aumentando a precarização da situação dos trabalhadores.

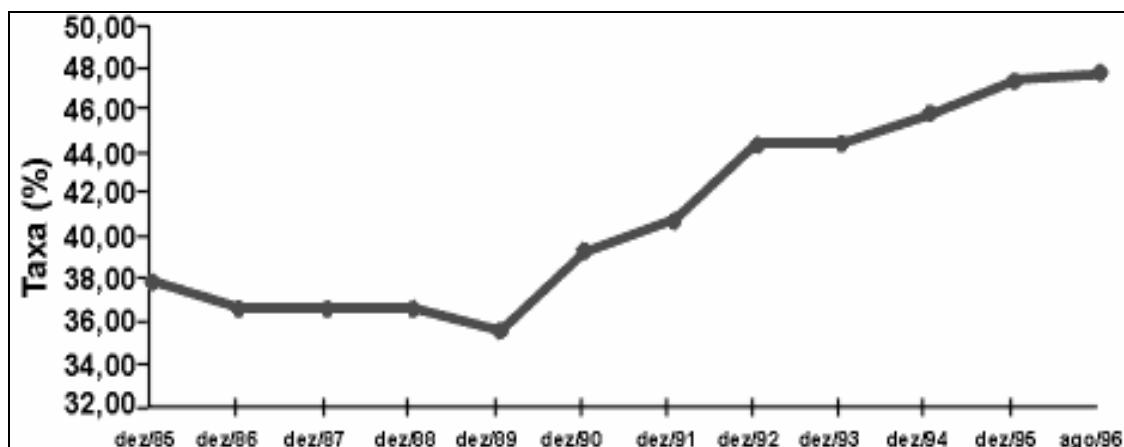
Neste período, para enfrentar a concorrência capitalista, houve um aumento na flexibilização dos contratos de trabalho, pondo muitos trabalhadores vulneráveis à demissões e a condições precárias. Neste contexto, esta classe e alguns empregadores (sem força para competir na arena capitalista) aumentaram o nível de informalidade da economia brasileira.

#### 4.4. A informalidade no mercado de trabalho brasileiro

Na década de 1990 o contingente os trabalhos formais também entrou em crise no Brasil, podendo ser atribuído à reestruturação produtiva das empresas industriais, pela modernização e terceirização de suas atividades. Além disso, parte das empresas industriais que operava nas grandes regiões metropolitanas se transferiu para o interior do país em busca de incentivos fiscais e mão-de-obra mais barata (FREIRE, 2006).

O mercado de trabalho foi se tornando cada vez mais informal com a precarização do trabalho, a fragilização da inserção no mercado de trabalho e a banalização dos vínculos empregatícios (RAMOS, 2007). Esta situação é melhor ilustrada no gráfico 7, que mostra que o grau de informalização do pessoal ocupado teve uma tendência ascendente desde a década de 80, chegando a atingir quase 50% em Agosto de 1996.

**Gráfico 7** – Evolução do grau de informalização do pessoal ocupado nas áreas metropolitanas (RE, AS, BH, RJ, SP, POA).

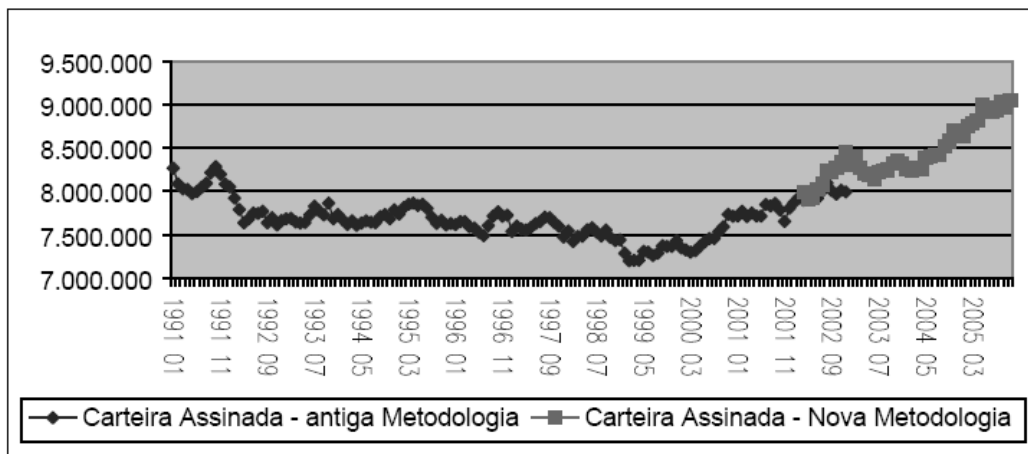


Fonte: Brasil, 1996.

A informalidade no mercado de trabalho também pode ser provada através da análise da evolução da proporção dos Empregos com Carteira Assinada nas regiões metropolitanas (RMs) nos gráficos abaixo. Estes gráficos mostram que este tipo de emprego registrou uma queda contínua na última década, fato que pode ser melhor

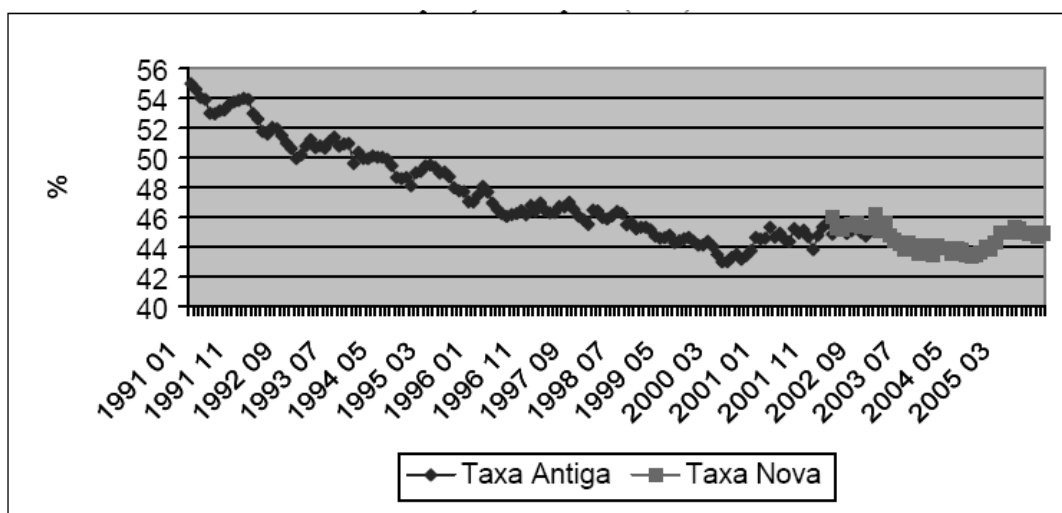
observado quando se compara o emprego formal com o Total da População Ocupada nas RMs, no segundo gráfico.

**Gráfico 8** – Evolução do Emprego com Carteira Assinada nas RMs.



Fonte: FREIRE, 2006

**Gráfico 9** – Brasil: Proporção de Ocupados Com Carteira Assinada no Total da População Ocupada (RMs).



Fonte: FREIRE, 2006.

De acordo com o DIEESE, a redução da capacidade de geração de empregos nos setores econômicos mais dinâmicos, em especial o industrial, teve como contrapartida a elevação das taxas de desemprego e o crescimento das formas de trabalho alternativas, tornando cada vez mais vulneráveis as condições de trabalho (DIEESE, 2001). Mas, apesar da informalidade contribuir para a redução da taxa de desemprego, atraindo a mão-de-obra não absorvida pelo setor formal, não se pode aceita-la como solução para a redução do desemprego (RAMOS, 2007).

A proliferação da informalidade traduz o funcionamento deficiente do mercado de trabalho. Sendo assim, mesmo quando a taxa de informalidade fica estável é preocupante porque ela incorpora mais da metade da força de trabalho ocupada no país e revela a ilegalidade e precariedade nas relações de trabalho (RAMOS, 2007).

O Brasil teria de reconstruir o seu sistema de previdência social e legislação trabalhista, partido do princípio que no futuro a maioria da população trabalhadora não terá contratos de trabalho para garantir seus direitos (SINGER, 1998). Alguns autores, tais como Singer, defendem esta idéia considerando o fato de a informalidade ser atrativa para as firmas, empregadores e autônomos, e não só para os desempregados (RAMOS, 2007).

As firmas de menos porte, alguns empregadores e os autônomos são atraídos pela informalidade por causa da redução da taxação, dos encargos trabalhistas e contribuição previdenciária, fazendo com que os outros agentes econômicos que respeitam a legislação percam a sua competitividade no mercado (RAMOS, 2007). Consequentemente, quem não adere a esta prática fica mais prejudicado, pois enfrenta a concorrência desigual, levando em consideração a fragilidade do sistema legal no Brasil.

A informalidade, para além de prejudicar os trabalhadores, prejudica fundamentalmente a economia como um todo, pois esconde o que está ocorrendo de fato com a maioria da população trabalhadora. Assim, a presença do Estado para corrigir esta falha seria fundamental, visto que somente através da sua intervenção no cumprimento da Lei é que se poderia acabar com esta situação ou, pelo menos amenizá-la.



#### **4.5. Impactos sobre o sindicalismo no Brasil**

Com a reestruturação produtiva no país, adotou-se o modelo de produção flexível baseado no toyotismo, que é a expressão plena de uma ofensiva do capital na produção, sendo resultado de importantes derrotas operárias na luta de classes (ALVES, s.d.). Estas derrotas foram tanto a nível político como a nível ideológico, resultantes não só da ofensiva do capital na produção, mas também da incapacidade dos trabalhadores se ajustarem totalmente às novas condições do capitalismo global, agravada pela falta de apoio do Estado na luta pelos seus direitos.

O sindicalismo brasileiro debilitou-se bastante a partir da década de 1990 com o Governo Collor em consequência do ajuste neoliberal, que provocou o aumento do desemprego em massa, a precarização do salário e das condições de trabalho. Assim, a resistência sindical foi diminuindo cada vez mais, os trabalhadores ficando cada vez inseguros e a solidariedade de classe acabando (ALVES, 2000).

Nesta fase ocorreu ainda a derrota política e ideológica do trabalho no Brasil quando a classe operária foi politicamente derrotada nas eleições de 1989 (e mais tarde, de 1994) (ALVES, 2000). Assim, até a principal central sindical do país foi perdendo o seu cariz socialista e de confronto de classe, assumindo cada vez mais estratégias sindicais propositivas no interior da ordem do capital (ALVES, 2006).

Por causa do seu instinto de sobrevivência, os sindicatos foram obrigados a aceitar os novos termos da luta de classes (ou de sua neutralização), fazendo com que esta crise não se caracterizasse apenas pela queda na taxa de sindicalização, mas, principalmente, pela diminuição da eficácia da ação sindical de caráter geral ou classista (ALVES, 2006).

De acordo com o IBGE, no decênio 1992-2001 os sindicatos mantiveram a sua tendência de crescimento, embora em ritmo menos acelerado que o das décadas passadas. Este crescimento foi caracterizado pelo aumento da taxa média anual de crescimento dos sindicatos urbanos superior à dos sindicatos rurais, que continua sofrendo uma queda ininterrupta (IBGE, 2003).

O crescimento do número de sindicatos urbanos deveu-se à elevada taxa média de crescimento anual do número de sindicatos de trabalhadores autônomos, dos sindicatos de trabalhadores urbanos e de empregadores urbanos (IBGE, 2003). Isto mostra que este crescimento de maneira alguma está relacionado com a melhoria das condições dos trabalhadores em geral e nem com o aumento da eficácia sindical, principalmente porque o

número de sindicatos dos empregadores também aumentou, mostrando a crescente luta desta classe contra os direitos trabalhistas.

A tabela 3 mostra o que ocorreu com a situação dos sindicatos no final da década de 1980 e início da década de 1990. Observa-se que o número de sindicatos urbanos realmente aumentou e os rurais foram diminuindo, tendo se registrado o aparecimento de sindicatos de trabalhadores urbanos avulsos à partir de 1990, o que mostra que este tipo de trabalhadores está lutando para também conseguir os seus direitos.

**Tabela 3** – Sindicatos, segundo o tipo de sindicato, Grandes regiões e abrangência da base territorial – Brasil, 1988/2001.

Tipo de sindicato, Grandes Regiões e abrangência da base territorial	Sindicatos (%)					
	1988	1989	1990	1991	1992	2001
Tipo de sindicato	100	100	100	100	100	100
Urbanos	52	54	56	58	60	64
Empregadores	16	16	16	16	16	17
Empregados	28	32	33	33	34	38
Trabalhadores autônomos	1	1	1	1	1	4
Agentes autônomos	3	3	3	3	3	0
Profissionais liberais	4	4	4	4	3	3
Trabalhadores avulsos	-	-	-	2	3	2
Rurais	48	46	44	42	40	36
Empregadores	18	17	15	14	14	11
Trabalhadores	30	29	28	27	27	25

Fonte: IBGE, 2003

Deve-se realçar o fato de que, apesar de o número de sindicatos urbanos ter aumentado isto não significa que o seu poder de barganha também tenha aumentado. O que aconteceu na verdade foi o aumento de sindicatos fragilizados pelo aumento do poder do capital.

Quanto às greves, na pesquisa realizada pelo IBGE, o número delas também reduziu. Mas, mesmo assim, as greves que ainda se realizam decorrem, principalmente, pela manutenção dos direitos adquiridos anteriormente (27%), seguido pelo protesto do não cumprimento de acordos (24%), pela abertura de negociações (22%) e, finalmente, com a

menor percentagem (21%), pela ampliação de direitos, seguida de “outros motivos” (6%) (IBGE, 2003). Este quadro mostra que os trabalhadores estão mais preocupados com a manutenção de seus direitos do que com qualquer outro motivo, ou seja, parece que esta classe já se conformou com a sua nova situação e só não querem perder os poucos direitos que ainda lhes restam.

#### **4.6. A feminização do mercado de trabalho**

Nas últimas décadas do século XX as mulheres aumentaram a sua participação e conquistas no mercado de trabalho em todo o mundo. Mas, de acordo com Ramos (2006) apud Mészáros (2002, p. 272), isto não significa que elas tenham alcançado a sua emancipação. Mesmo com as conquistas feitas pelas mulheres, algumas formas de exploração e discriminação de gênero perduram até hoje (PROBST, s.d.; RAMOS, 2006).

Na década de 1990 a absorção da mão-de-obra feminina foi superior à masculina, ou seja, a taxa de atividade feminina cresceu independentemente das fases de expansão ou retração da economia (LAVINAS, 2001). Mas, um fato impressionante é que este aumento ocorreu durante o período de estagnação econômica, do desemprego em massa, queda nos rendimentos do trabalho, de aumento da proporção de trabalhadores sem carteira assinada e de precarização do mercado de trabalho (SANTOS & MORETTO, 2001).

A tabela abaixo (Estrutura da população economicamente ativa (PEA) por sexo, no Brasil, no período 1970-2002) ilustra bem o que ocorreu durante o período analisado, observando-se que enquanto que a taxa de atividade masculina caiu ao longo de todo o período, a taxa de atividade feminina teve o movimento contrário.

**Tabela 4:** Estrutura da população economicamente ativa (PEA) por sexo no Brasil, no período 1970-2002.

ANOS	HOMENS		MULHERES	
	Taxa Atividade	(%) na PEA	Taxa Atividade	(%) na PEA
1970		71,9		18,2
1976	73,6	71,2	28,8	28,8
1980	74,6	68,6	32,9	31,3
1983	74,8	67,0	35,6	33
1985	76,0	66,5	36,9	33,5
1990	75,3	64,5	39,2	35,5
1993	76,0	60,4	47,0	39,6
1995	75,3	59,6	48,1	40,4
1997	73,9	59,6	47,2	40,4
1998	73,6	59,3	47,5	40,7
2002	73,2	57,6	50,3	42,5
2004	73,2	56,9	51,6	43,1

Fonte: Ramos (2006).

Quanto aos determinantes do aumento da participação feminina em relação à masculina no mercado de trabalho tem-se:

- O fato de as mulheres terem aumentado o seu nível de escolaridade;
- A deterioração dos salários reais, levando as mulheres a complementarem a renda familiar;
- A modernização dos processos produtivos, trazendo a maior divisão de tarefas e a criação de novas ocupações mais adaptadas às características do trabalho feminino;
- A expansão do setor de serviços;
- Menor custo de contratação;
- A crescente informalidade do mercado de trabalho, pois, sendo as atividades informais mais flexíveis, as mulheres conseguem conciliar as suas atividades profissionais com as domésticas;
- Precarização das relações de trabalho, diminuindo ainda mais o poder de barganha destas trabalhadoras (PEREIRA, 2005; LAVINAS, 2001).

Apesar de a participação feminina ter aumentado na década de 90, ainda persistem algumas desigualdades de gênero e em relação à qualidade dos seus empregos. O fato de a maioria destas mulheres terem maior nível de escolaridade em relação aos homens aumentou o seu grau de empregabilidade, mas não apagou a discriminação salarial entre os gêneros. Em média, as mulheres ganham 2/3 dos rendimentos auferidos pelos homens, para além do fato de elas terem aumentado o número de horas trabalhadas em relação aos homens (LAVINAS, 2001; PEREIRA, 2005).

Os impactos do período de estagnação e desestruturação do mercado de trabalho brasileiro foram maiores para os homens do que para as mulheres (PEREIRA, 2005). A mulher, que representa a maior parcela da população, viu aumentar a sua participação no mercado de trabalho, o seu nível de escolaridade e conseguiu reduzir a defasagem salarial ainda existente em relação aos homens (PROBST, s.d.). Mas este aumento está, na maioria dos casos, a rendimentos mais baixos em relação aos dos trabalhadores do sexo masculino e a condições precárias de trabalho.

As mulheres, apesar de suas lutas e conquistas no mundo do trabalho, ainda são vítimas da exploração por parte das entidades empregadoras. Elas ainda são vistas como inferiores em relação aos homens e são tratadas como tal no ambiente de trabalho. Mas, mesmo assim, estas trabalhadoras ainda suportam a vida profissional e a doméstica, provando toda a sua força e capacidade.

## CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO

A ascensão de políticas neoliberais intensificou ainda mais o processo de globalização, passando a incorporar quase todos os países e aspectos da vida social das pessoas. O neoliberalismo, baseado na desregulamentação e liberalização das economias, foi a base para que este processo se desenvolvesse com tanta rapidez.

Juntamente com a ascensão do neoliberalismo, o papel do Estado foi mudando e a organização da economia mundial também. O capital passou a assumir um papel fundamental na reorganização da economia mundial através da ação de algumas organizações internacionais como o BIRD, OMC e FMI, e alguns governos (principalmente do G-7).

O aumento da concorrência capitalista mundial fez com que as economias passassem por um processo de Reestruturação Produtiva, alterando-se as formas produtivas, passando da produção em massa para a produção flexível inspirada no Toyotismo. Esta mudança fez com que as economias pudessem responder às novas demandas do capitalismo global, causando sérios impactos sobre o mercado de trabalho.

O grau de polarização entre as economias aumentou e os países menos desenvolvidos, como o Brasil, foram os que mais sofreram os efeitos nefastos destas mudanças. Os países subdesenvolvidos foram marginalizados, entre outros aspectos, através do recuo dos IED's, do acesso à tecnologia e da exclusão no comércio internacional, vendo as sua situação econômica se deteriorar cada vez mais.

Os sindicatos também entram em crise, diminuindo o seu poder de barganha na luta pelos seus direitos. Esta crise foi causada pelas novas condições da economia global, que passou a enfrentar problemas como o aumento do desemprego mundial e da flexibilização das relações de trabalho, provocando uma maior instabilidade no seio desta classe.

Apesar de o mundo estar economicamente globalizado, o mundo do trabalho não está integrado. Observa-se que, com a reorganização da divisão internacional do trabalho, os países desenvolvidos, que possuem a mão-de-obra mais qualificada em relação aos subdesenvolvidos, possuem os postos de trabalho de melhor qualidade e mais bem remunerados ao contrário dos subdesenvolvidos que sofrem mais com a exploração das multinacionais. Assim, existe um mercado de trabalho global somente para uma pequena parcela da população, que é extremamente bem qualificada, e a grande maioria da

população mundial, principalmente dos países subdesenvolvidos, permanece escrava do capital.

Como tendência mundial observa-se: a feminização do trabalho; altas taxas de desemprego; expansão do setor de serviços; queda na participação do setor industrial e agropecuário e flexibilização nas relações trabalhistas.

O Brasil seguiu a mesma tendência que a economia mundial, só que as causas e a intensidade em que se verificou a sua ocorrência diferem. Este país sentiu os efeitos da globalização e reestruturação produtiva mais tarde, com a subida ao poder dos governos Collor e Cardoso, onde se passou a adotar o neoliberalismo como principal política econômica.

O mercado de trabalho brasileiro não ficou alheio a estas transformações, seguindo os passos da economia mundial, ou seja, este mercado foi se deteriorando cada vez mais.

Na década de 90 o Brasil passou pela mais grave crise de emprego da sua história, onde se registraram os mais altos índices de desemprego em massa no país. Houve também a precarização das relações trabalhistas, com o aumento da terceirização das atividades, o aumento da flexibilização dos contratos de trabalho e aumento da taxa de informalidade dos trabalhadores.

Os sindicatos também atravessaram um período de crise, vendo o seu poder de barganha diminuir ao longo deste período devido à crise nos empregos e precarização das condições dos trabalhadores.

Um outro fator importante a destacar neste período é o aumento da participação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, apesar de ainda persistirem desigualdades em relação aos homens.

Como conclusão geral pode-se dizer que o problema não é a mundialização, e sim as relações sociais. O trabalho é que se intensificou e os trabalhadores por sua vez ficaram impossibilitados de venderem a sua força de trabalho, mostrando assim a ilimitada capacidade produtiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Dicionário crítico da mundialização: Toyotismo**.2004. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/Toyotismo.pdf>. Acesso em: 21 Mar. 2007.

\_\_\_\_\_. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Toyotismo como ideologia orgânica da produção capitalista**. Disponível em: [http://www.estudosdotrabalho.org/Toyotismo\\_ideologia.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/Toyotismo_ideologia.pdf). Acesso em: 21 Mar. 2007.

\_\_\_\_\_. **Toyotismo, novas qualificações e empregabilidade: mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI**. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/ToyotismoNovas%20QualificacoesEmpregabilidade.pdf>. Acesso em: 21 Mar. 2007.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILI, Pablo (Org.). **A cidadania negada: Políticas de exclusão na Educação e no Trabalho**. São Paulo: Cortez Editora, 2003. Disponível em: [http://www.estudosdotrabalho.org/Trabalho%20e%20Precarizacao\\_Antunes.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/Trabalho%20e%20Precarizacao_Antunes.pdf). Acesso em: 21 Mar. 2007.

BRASIL (1996). **O mercado de trabalho e a geração de empregos: o mercado de trabalho nos anos 90**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/publi\\_04/COLECAO/MERC1.HTM](https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/MERC1.HTM). Acesso em 25 Maio 2007.

BALTAR, Paulo; KREIN, José D.; MORETTO, Amilton. **O emprego formal nos anos recentes**. São Paulo: n.3, 2006. Disponível em: [http://www.eco.unicamp.br/cesit/boletim/Versao\\_Integral7.pdf](http://www.eco.unicamp.br/cesit/boletim/Versao_Integral7.pdf). Acesso em 25 Maio 2007.



CASTELLS, Manuel. **A rede e o ser**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo. 2001. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/mercadodetrabalho.pdf>. Acesso em: 21 Abril 2007.

FRAGA, Alexandre B. **Da rotina a flexibilidade**: análise das características do fordismo fora da indústria. Disponível em: <http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/imagens/3fraga.pdf>. Acesso em: 22 Abr. 2007.

FREIRE, José A. **Dinâmica do mercado de trabalho metropolitano no Brasil pós anos 90**: que mudou, mudou! Mas mudou o suficiente?. IN: XI ENCONTRO ANUAL DE ECONOMIA POLITICA. Vitória/ES, 2006. 26 p.

GUERRA, Elaine L. de A. **Do fordismo à acumulação flexível**: uma análise sobre as mudanças nos papéis dos atores sociais relevantes. Educ. Tecnol., Belo Horizonte, v.5, n.2, p.71-75, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://www.dppg.cefetmg.br/revista/revistan5v2-artigo11.pdf>. Acesso em: 22 Abr. 2007.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Abdail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.p. 63 – 103.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 191 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Departamento de população e indicadores sociais. **Sindicatos**: Indicadores sociais 2001. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: <http://www.IBGE.org.br/#>. Acesso em 10 Maio 2007.

KON, Anita. Mudanças recentes no perfil da distribuição ocupacional da população brasileira. **Revista brasileira de estudos de população**, São Paulo, v. 23, n. 2. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982006000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 06 jun. 2007.

LAVINAS, Lena. **Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2001/Td0826.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/Td0826.pdf). Acesso em: 10 jun. 2007.

MÉSZÁROS, Istován. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Panorama laboral 2006: América Latina y el Caribe**. 2006. Disponível em: [http://www.oit.org.pe/portal/documentos/pl\\_2006\\_esp\\_final.pdf](http://www.oit.org.pe/portal/documentos/pl_2006_esp_final.pdf). Acesso em 31 Maio 2007.

PEREIRA, Daniele Batista. **Feminização do trabalho: Análises e reflexões**. 2005. 33 f. Dissertação (Mba) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2005. Disponível em: <http://www.mba.unifei.edu.br/tccs/TCCMBA04Daniele.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2007.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Qualidade das ocupações no Brasil**. São Paulo, n.3, 2006. Disponível em: [http://www.eco.unicamp.br/cesit/boletim/Versao\\_Integral7.pdf](http://www.eco.unicamp.br/cesit/boletim/Versao_Integral7.pdf). Acesso em: 25 maio 2007.

\_\_\_\_\_. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

PROBST, Elisiana R. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em: <http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf>. Acesso em: 2 Jun. 2007.

RAMOS, Ivoneti S. **Mulheres no terceiro setor da economia: o mito da emancipação feminina**. Florianópolis: UFSC, 2006. 135 p. Dissertação (Mestrado em economia). – Centro de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

RAMOS, Lauro. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizantes e padrões espaciais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td\\_1255.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1255.pdf). Acesso em: 10 jun. 2007.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia: a mais completa obra sobre o assunto já publicada no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Best Seller, 2002.

SANTOS, Ariovaldo de O. A nova crise do sindicalismo internacional. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

SANTOS, Anselmo Luis Dos; MORETTO, Amilton. **Desemprego e participação feminina no mercado de trabalho: um estudo exploratório sobre os anos 90**. Campinas, 2001. Disponível em: [www.emprego.sp.gov.br/downloads/observatorio/desemprego\\_participacao\\_%20feminina.doc](http://www.emprego.sp.gov.br/downloads/observatorio/desemprego_participacao_%20feminina.doc). Acesso em: 02 jun. 2007

SELLTIZ et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: E.P.U., ed. Da USP, 1974. p. 57 - 90.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998. 139p.

SOUZA, José dos S. Trabalho, Qualificação, ciência e Tecnologia No Mundo Contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, vol.13, nº 22, p. 1-15, jul./dez., 2004. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/artigoJose1.pdf>. Acesso em: 21 Abril 2007.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.